

Prejudicados por hidrelétricas podem receber indenização

Comissão examina projeto de Teotônio Vilela Filho que garante apoio às populações ribeirinhas que vivem abaixo de barragens. Esses moradores sofrem com o desaparecimento de lagoas, degradação das águas e comprometimento dos manguezais.

PÁGINA 7



Desenvolvimento de programas de piscicultura poderá ajudar populações ribeirinhas como as do São Francisco

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI — Nº 2.142/32 — Brasília, 23 a 29 de maio de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Congresso realiza sessão na quarta-feira para leitura do requerimento de instalação

CPI dos Correios dá passo decisivo nesta semana

PÁGINA 3

DESARMAMENTO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou a Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas. Formado também por representantes da sociedade civil, o grupo vai promover mobilização nacional pelo desarmamento e pela aprovação do projeto que regulamenta a realização do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no país.

PÁGINA 4

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 17

FRASES

Página 17

VOZ DO LEITOR

Página 17

CONHEÇA O SENADO

Página 19

POLÊMICA



Senadores retomam nesta terça exame de indicados para os conselhos de Justiça e do Ministério Público, interrompido na quarta-feira

Plenário deve concluir votação para conselhos

PÁGINA 5

Projeto universaliza água e saneamento

Duas propostas que tramitam no Senado e na Câmara visam garantir abastecimento de água e saneamento básico a todos os brasileiros.

PÁGINA 6

Nordeste recebe pouco do BNDES

Banco aplicou na região 12% a menos em 2004 que no ano anterior. Mas Guido Mantega diz a senadores que se inicia novo ciclo de desenvolvimento.

PÁGINA 9

cidadania

Conheça os direitos do usuário da telefonia fixa

A reclamação inicial, em caso de desrespeito, deve ser feita à operadora. Se não resolver, denuncie à Anatel ou ao Procon. Conheça, ainda, os projetos relativos ao assunto que tramitam no Senado e na Câmara. Na próxima edição, será abordada a telefonia móvel.

PÁGINA 20

Sistema de Habitação Social vai a voto nesta terça-feira

O Senado deve votar, nesta terça-feira, projeto iniciado na Câmara (PLC 36/04) que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu conselho gestor. A proposta foi apresentada originalmente como iniciativa popular de lei, com apoio de aproximadamente 1 milhão de assinaturas, coletadas por movimento de entidades da sociedade civil de todo o país.

O novo sistema vem sendo debatido pelos movimentos comunitários e populares há pelo menos 14 anos. A idéia fundamental é garantir à população de baixa renda acesso à terra urbanizada e à habitação "digna e sustentável". Caberá ao SNHIS,

a ser presidido pelo Ministério das Cidades, a centralização dos programas e projetos, dando-lhes coerência e eficiência.

Os programas habitacionais vão dar prioridade ao aproveitamento de áreas com infra-estrutura, inseridas na malha urbana, em propriedade pública.

O fundo, de natureza contábil, deve centralizar e gerenciar os recursos orçamentários para os programas. Reivindicação das entidades populares, o conselho gestor terá voto de qualidade e será composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil.

O projeto impõe que as aplicações do fundo estejam de acordo com a política de desenvolvimento urbano, expressa em planos diretores ou legislação equivalente nos pequenos municípios.

Estados, Distrito Federal e municípios deverão formar os conselhos com representação popular para ter acessos aos recursos.

O PLC chegou a ter sua constitucionalidade questionada durante a apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas o relator, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), entendeu que a vontade popular deveria prevalecer sobre alguns aspectos jurídicos.

Projeto nasceu de iniciativa popular com 1 milhão de assinaturas

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

Após a ordem do dia – REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Alterações – O relator da comissão vai apresentar as primeiras alterações à norma regimental, sobre o uso da palavra e a tramitação dos requerimentos.

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Indicação – Os senadores sabatinam o indicado para a diretoria do Banco Central Alexandre Antonio Tombini. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Programação monetária – A CAE discute ainda mensagens com a programação monetária relativa aos dois primeiros trimestres de 2005 e aos dois últimos de 2004. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Contingenciamento – A comissão pode analisar ainda a proposta que proíbe o Executivo de contingenciar, ou seja, reter os recursos destinados ao pagamento da dívida ou de *royalties* aos estados, ou aqueles ressaltados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. Também proíbe a retenção de verbas originadas de multas e outras receitas das agências reguladoras ou de empréstimos e financiamentos obtidos junto a organismos multilaterais. **Autor:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). **Relator:** senador Osmar Dias (PDT-PR).

11h – EDUCAÇÃO

Ensino superior – O primeiro item a ser analisado é a proposta que autoriza o uso dos recursos

do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar o ensino superior (PLS 60/05). **Autor:** senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). **Relator:** senador Paulo Paim (PT-RS).

Informática – Projeto tipifica os crimes na área de informática (PLC 89/03). Ele proíbe, por exemplo, o acesso de terceiros não autorizados a informações privadas mantidas em redes de computadores, a não ser que haja prévia autorização judicial. **Autor:** deputado Luís Piauhyllino.

Relator: senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

11h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Fiscalização – O colegiado analisa a proposta de fiscalização sobre denúncia apresentada por Floriano Marques da Silva de supostas irregularidades na condução de contratos administrativos firmados pela empresa pública municipal Emlur, em João Pessoa (PB). **Autor:** João Alberto Souza (PMDB-MA).

Relator: senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Telemarketing – Proposta em tramitação (PLS 31/05) vai proibir às empresas a veiculação de propagandas ao consumidor que estiver aguardando, na linha telefônica, o atendimento de sua ligação. **Autor:** João Alberto Souza (PMDB-MA). **Relator:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Infra-estrutura – A comissão vota requerimentos e o projeto de lei que vincula o parcelamento urbano à implantação de infra-estrutura básica, como rede elétrica, saneamento básico e pavimentação (PLS 288/05). **Autor:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). **Relator:** senador

Heráclito Fortes (PFL-PI).

14h30 – SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Gás – Em pauta, proposta que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás (PLS 101/04). **Autor:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ). **Relator:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).

Telefonia – Outra proposta a ser examinada pelo colegiado estabelece que, nas regiões metropolitanas instituídas pelos estados e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local no serviço telefônico fixo comutado (PLS 168/02). **Autor:** então senador Ricardo Santos. **Relator:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

14h – COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

LDO 2006 – Reunião de líderes para definir o cronograma da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em seguida, discutem ofícios, avisos do Tribunal de Contas da União (TCU), requerimentos e pareceres.

18h – RELAÇÕES EXTERIORES

Novos embaixadores – Em pauta, as indicações de Fausto Martha Godoy, para exercer a embaixada brasileira no Tadjiquistão cumulativamente com a do Paquistão; Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, para assumir a embaixada no Suriname; e Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos, para a embaixada do Brasil em Angola.

Defesa – A comissão pode ratificar acordo entre os governos do Brasil e da África do Sul que define a cooperação entre os dois países em assuntos de defesa.

Mensagem publicitária em espera telefônica pode cair

A veiculação de propagandas para preencher o tempo de espera dos consumidores que ligam para serviços telefônicos, os famosos 0800 e 0300, pode ser proibida. É o que prevê um dos projetos a serem analisados pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em reunião marcada para esta terça-feira, às 11h30.

O texto da proposição, de autoria do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), tipifica de "abusiva" esse tipo de divulgação, já que a chamada é originada pelo próprio usuário, para fazer reclamações ou exigir esclarecimentos da empresa, mas é utilizada pelo fornecedor com fins publicitários (PLS 31/05). O parlamentar argumenta que a prática também abre precedente para que o atendimento seja



Para João Alberto, é abusivo veicular propaganda em chamada feita pelo usuário

ainda mais demorado, pois "a espera do consumidor vira uma fonte alternativa de receita".

Outros seis projetos estão na pauta, como a proposta que obriga a implantação plena de infra-estrutura básica, como redes elétrica e de saneamento, nos loteamentos urbanos.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

Meleiro, pelo Senado Federal; e Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, pela Câmara dos Deputados.

14h: Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h: Sessão deliberativa

Controle externo do Judiciário – Os senadores retomam a votação dos indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão criado pela



reforma do Judiciário, para exercer o controle do Poder. A previsão é de que o conselho seja instalado já no início de junho. Foram indicados: Paulo Luiz Neto Lobo, pela Ordem dos Advogados do Brasil; ministro Vantuil Abdala, Douglas Alencar Rodrigues e Paulo Schmidt, pelo Tribunal Superior do Trabalho; ministro Nelson Jobim e Marcus Antonio de Souza Faver, pelo Supremo Tribunal Federal; Eduardo Kurtz Lorenzoni e Ruth Lies Scholt, pela Procuradoria Geral da República.

Conselho Nacional do Ministério Público – O Plenário vai analisar ainda os nomes dos indicados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. São eles: Janice Agostinho Barreto Ascari e Auxiliadora Mendonça Santos, pelo Ministério Público do Trabalho; Osmar Machado Fernandes, pelo Ministério Público Militar; Gaspar Antônio Viegas, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Hugo Cavalcanti Melo Filho, pelo Supremo Tribunal Federal; Ricardo César Mandarino Barretto, pelo Superior Tribunal de Justiça; Francisco Ernando Uchoa Lima, pela Ordem dos Advogados do Brasil; Alberto Machado Cascais

Habitação popular – Depois das indicações, está na pauta o projeto que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o seu conselho gestor (PLC 36/04). **Autor:** projeto de iniciativa popular.

QUARTA-FEIRA

10h: Sessão conjunta do Congresso Nacional

Expediente – Congressistas reúnem-se para a leitura de comunicados e ofícios encaminhados ao Congresso.

14h: Sessão deliberativa

Orçamento – Pode ser votada, em primeiro turno, proposta que prevê a participação popular na elaboração do Orçamento (PEC 73/99). **Autor:** senador Pedro Simon (PMDB-RS). **Relator:** senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Licença-maternidade – Também em primeiro turno, pode ser votada a proposta que concede licença-maternidade às mulheres que adotarem filhos (PEC 31/00). **Autora:** senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). **Relatora:** senadora Serys Slihsarenko (PT-MT).

QUINTA-FEIRA

Feriado. Não há sessão

SEXTA-FEIRA

9h: Sessão não deliberativa

PLENÁRIO

Bezerra: gravação é "um ato de pura irresponsabilidade"

Fernando Bezerra (PTB-RN) anunciou em Plenário que o presidente de seu partido, deputado Roberto Jefferson (RJ), distribuiu DVD com a íntegra da gravação que serviu de base para as denúncias publicadas pela revista *Veja*. Segundo Fernando Bezerra, o então chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da ECT, Maurício Marinho, citou, na gravação, nomes de vários homens públicos brasileiros. Ele acredita que as declarações contidas na gravação são "um ato de pura irresponsabilidade".

Heloísa Helena lamenta retirada de assinaturas

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) repudiou em Plenário a retirada de assinaturas de deputados do requerimento para criação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investigará denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Ela acusou o que chamou de "base de bajulação do governo" de tentar enfraquecer as CPIs. – A CPI é o único instrumento que o Congresso possui para cumprir a nobre tarefa de fiscalizar os atos do Executivo – disse a parlamentar.

Jefferson Péres condena atitude passiva de Lula

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o presidente Lula por sua passividade diante das denúncias de corrupção envolvendo membros do seu governo. – Se o Brasil usasse apenas 10% de todos os recursos drenados da administração pública por processos fraudulentos para investimentos em projetos de reforma agrária, não haveria mais nenhum sem-terra lutando pelo direito ao trabalho – afirmou.

Magno: caso deve ser investigado "à exaustão"

O senador Magno Malta (PL-ES) cobrou uma reação do Congresso à denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Na sua opinião, é indispensável a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o episódio "à exaustão". O senador mostrou confiança no apoio do presidente Lula à investigação, já que ele construiu sua carreira de homem público enfrentando a corrupção e o crime organizado.

CPI dos Correios será criada na quarta-feira

O presidente do Senado, senador Renan Calheiros, informou que o Congresso Nacional realizará sessão conjunta na quarta-feira, a partir das 10h, para a leitura do requerimento de instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investigará denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Após a sessão do Congresso, haverá reunião com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, para discutir a reforma política, segundo Renan.

Na última sexta-feira, Severino confirmou, em contato telefônico com o presidente do Senado, que participará da sessão do Congresso. Conforme números divulgados na véspera pelo secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carneiro, e pelo secretário-geral da Mesa da

Câmara dos Deputados, Mozart Vianna de Paiva, o requerimento para instalação da comissão parlamentar de inquérito para apurar as denúncias de corrupção nos Correios obteve 49 assinaturas de senadores e 217 de deputados federais. O Regimento exige a adesão de, no mínimo, 27 senadores e 171 deputados.

O documento foi protocolado na Secretaria da Mesa do Congresso Nacional na última quarta-feira pelos senadores José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge (PFL-PE) e pelos deputados Rodrigo Maia (PFL-RJ), Alberto Goldman (PSDB-SP) e José Carlos Aleluia (PFL-BA).

A decisão de realizar nesta quarta-feira, por meio de sessão do Congresso, o ato de criação da CPI foi fruto de acordo fechado entre os presidentes do Senado e

da Câmara. Até a meia-noite do dia da leitura do requerimento, os parlamentares podem retirar assinaturas do pedido de instalação da comissão. Feita a leitura, os líderes partidários terão 30 dias de prazo para escolher os membros da comissão – 15 senadores e 15 deputados. Caso isso não ocorra, Renan poderá fazer as indicações.

A iniciativa foi motivada pela reportagem "O homem-chave do PTB", publicada pela revista *Veja*, sobre uma gravação na qual o ex-chefe de departamento da ECT Maurício Marinho aparece recebendo propina por favorecimentos em processos de licitação. Marinho se dizia representante do deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente nacional do PTB, e insinuou que o esquema pode envolver outras estatais.

Agripino: Executivo "está sendo assaltado"

O senador José Agripino (PFL-RN) defendeu em Plenário, na terça-feira, a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar a denúncia de corrupção envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson (RJ).

Para o senador, se os fatos denunciados não forem esclarecidos, "as instituições irão pelo ralo". Ele acrescentou que o Congresso precisa "cumprir seu papel cívico" e que a CPI deve ser instalada em defesa dos interesses do próprio Poder Executivo, "que está sendo assaltado".

Ele espera que, dessa vez, não se repita o que houve no caso Waldomiro Diniz, quando frustrouse a tentativa de criação de CPI.

– Não basta o governo abrir inquérito para o diretor dos Correios. Já vimos essa cena no caso Waldomiro. Não acontece nada.



José Agripino

Líder do PSDB anuncia nomes para integrar CPIs

O líder do PSDB no Senado, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), anunciou sexta-feira os nomes dos senadores indicados pelo partido para as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) a serem instaladas pelo Senado e pelo Congresso. Estão entre as CPIs anunciadas a que vai investigar as ações de Waldomiro Diniz, ex-subchefe da Casa Civil, e a que irá apurar as privatizações ocorridas no governo passado.

Virgílio criticou a instalação de CPI para investigar a privatização do setor elétrico.

– O PSDB é favorável à apuração de todas as privatizações ocorridas nos oito anos do governo Fernando Henrique. É bom que a Câmara faça a apuração sobre o que quiser, que nós também faremos CPIs sobre o que quisermos. E não abriremos mão de investigar Waldomiro Diniz e os Correios – ressaltou.

Para o senador, a ameaça de investigar privatizações do setor elétrico está sendo usada como chantagem pela base governista, de modo a evitar a CPI dos Correios, que ele considera "irreversível".

Mercadante critica o "exagero" da oposição

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, criticou na quarta-feira "o exagero" nos discursos de senadores da oposição que defenderam a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de existência de um esquema de propinas nos Correios.

Mercadante se referiu especialmente a discurso feito pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em que ele lembrou o *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, e o suicídio de Vargas, em 1954. Condenou também o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ter afirmado que o país corre risco de uma "crise constitucional".

– São manifestações antidemocráticas. O país vive em Estado de direito, com plena liberdade de manifestação de opinião, e as instituições democráticas funcionam com toda a plenitude. Vivemos um momento de intenso debate político – afirmou Mercadante.

Criticou ainda matérias da *Folha S. Paulo* que insinuaram favorecimento à empresa Novadata durante o governo Lula. "O contrato é de junho de 2002, é anterior ao governo Lula", enfatizou.

Pedro Simon questiona autoridade do governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) questionou a autoridade do governo para solicitar a parlamentares aliados a retirada de assinaturas do pedido de criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção nos Correios.



Pedro Simon

Depois que a CPI dos Bin-gos foi evitada, afirmou, o Executivo não teria cumprido a promessa de investigar a fundo as denúncias apresentadas contra Waldomiro Diniz, então assessor da Casa Civil da Presidência da República.

– Agora dizem que o governo vai tomar providências sobre o caso dos Correios, mas com que autoridade? Se na hora do Waldomiro tivessem apurado, ótimo. Mas uma CPI existe quando há um fato que não está sendo investigado – observou.

Ele disse ter "respeito e carinho" pelo presidente Lula, mas perguntou quem estaria orientando o governo federal.

Repercussão

DELCIDIO AMARAL (PT-MS)

– "É um fato isolado, que assumiu uma dimensão que não corresponde à realidade."

EFRAIM MORAIS (PFL-PB)

Elogiou o vice José Alencar por apoiar a CPI dos Correios, e disse que o povo está cansado de corrupção.

HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)

Defendeu serenidade na apuração da denúncia na ECT e a investigação de irregularidades em fundos de pensão.

ALMEIDA LIMA (PSDB-SE)

– Considera fundamental a CPI porque já se verifica na população "sensação de nojo com a classe política do país".

TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

– "O que existe é um indício de formação de quadrilha nas estatais do governo. É caso de assalto aos cofres públicos."

SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE)

– "É estranho que o PTB não se sinta ameaçado pela CPI, como dizem seus líderes, e que o governo não a queira."

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA)

– "A Nação está estarelecida com tudo o que está acontecendo, e o presidente não pode afirmar que não é responsável por isso. Ele é."

ALVARO DIAS (PSDB-PR)

Disse que o governo Lula é omisso em relação à corrupção, que apontou como principal causa da pobreza no Brasil.

JOSÉ JORGE (PFL-PE)

– "Não é isso que a Nação espera do presidente. Ele foi eleito para governar com transparência."

JORGE BORNHAUSEN (PFL-SC)

– No seu entender, a CPI dos Correios é vital, até para evitar a "desmoralização do Congresso".

DEMOSTENES TORRES (PFL-GO)

Falou que Lula instituiu a "Súmula Zé Dirceu", que proibiria a punição dos responsáveis por corrupção.

MAGUITO VILELA (PMDB-GO)

– Em defesa de Lula, ponderou: "O presidente não vai punir pessoas antes da comprovação de atos irregulares".

PAULO PAIM (PT-RS)

– Para ele, o PT deve apoiar a instalação da CPI: "Se PMDB e PTB já assinaram, não vejo motivo para que a gente também não assine".

SIBÁ MACHADO (PT-AC)

– "Por detrás de uma pseudovarredura da corrupção, estão querendo destronar uma pessoa humilde, popular, eleita com mais de 53 milhões de votos".

REFERENDO

Partidos unidos por um país sem armas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou na quinta-feira a Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas. Integrada também por representantes da sociedade civil, a frente promoverá ampla mobilização nacional pelo desarmamento. A primeira ação será em favor da aprovação do projeto de decreto legislativo que regulamenta a realização do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil, já aprovado pelo Senado. A matéria está na Câmara dos Deputados, e não foi votada ainda pelo Plenário porque a pauta está sobrestada por medidas provisórias.

A frente, que esta semana deve analisar e aprovar seu estatuto, participou da campanha de recolhimento de armas promovida domingo passado pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (Conic). Segundo Ervino Schmidt, presidente do conselho, 250 igrejas em 24 estados estariam de portas abertas no domingo para recolher armas.

Renan Calheiros anunciou ainda que o dia 3 de julho foi escolhido o Dia Nacional pelo Desarmamento, quando haverá mobilização nacional.

Redução de mortes comprova vantagens

Depois de receber o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), relator

do projeto de decreto legislativo que autoriza a realização do referendo, Renan informou que vem se registrando, em todo o país, queda no número de vítimas de crimes por armas de fogo, prova, segundo ele, de que, "pelo menos nos chamados crimes que acontecem por motivos fúteis, o desarmamento é o melhor caminho para combatê-los".

Na solenidade de lançamento da frente, o relator do Estatuto do Desarmamento, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), fez um balanço positivo sobre os efeitos do texto e da campanha de recolhimento de armas de fogo, que, avaliou, conta com "índices fabulosos, expressivos". Segundo o deputado, houve redução de crimes a mão armada em 28% na cidade de Londrina (PR), 30% em Curitiba e 5% em São Paulo.

- No SUS [Sistema Único de Saúde], houve redução de 22% nos casos de vítimas feridas por armas de fogo - informou.

Já o senador César Borges (PFL-BA) observou que, além de desarmar o cidadão, instaurando uma "cultura de proteção e de paz", é preciso desarmar os criminosos, o que deve ser cobrado do Estado pelo povo. César Borges ressaltou a importância da aprovação do estatuto, "suprapartidário, uma junção de objetivos e idéias, um compromisso com a sociedade brasileira".

Renan, Severino e líderes discutem reforma política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, vai marcar com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, nova reunião com os presidentes e líderes partidários para discutir a reforma política e acertar, definitivamente, como concretizá-la.

- Os maiores partidos reafirmaram o compromisso de fazer uma reforma gradativa, um fatiamento para sua votação e implantação. E acertamos uma próxima reunião, com a minha presença e a

do presidente da Câmara. O mais importante foi a reafirmação do desejo dos partidos de fazer a reforma - disse Renan.

À saída da reunião, o presidente do PT, José Genoino, informou que a reforma política será votada com a definição de um novo sistema, que incluirá financiamento público de campanhas, listas fechadas de candidatos, fidelidade partidária e o engessamento das bancadas como elas saírem das urnas.

Reforma do Judiciário aprova plano de trabalho e debates

A Comissão Mista Especial do Judiciário aprovou o roteiro de trabalho e 15 requerimentos de audiências públicas apresentados pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE). A comissão terá 180 dias para elaborar projetos de lei que regulamentem dispo-



José Jorge, relator

sitivos da Emenda Constitucional 45/04, responsável pela primeira parte da reforma do Judiciário. Tais ajustes devem ajudar a tornar a Justiça mais ágil e mais acessível à população.

Por sugestão do deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), os temas de abertura dos trabalhos da comissão serão a competência suplementar da Justiça do

Trabalho, a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante e a repercussão geral dos recursos extraordinários. Também ficou acertado que o relator deverá elaborar minutas de projetos de lei para nortear as audiências públicas a serem realizadas.

O presidente da comissão, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), deu prazo de dez dias para os parlamentares sugerirem nomes de expositores. Propôs ainda consulta às comissões de Justiça da Câmara e do Senado sobre os limites de competência do colegiado para elaborar projetos de lei.



Manifestação de familiares de vítimas da violência: domingo foi reservado para que igrejas cristãs de todo o Brasil abrissem as portas para receber armas de fogo entregues pela população

Pronto relatório sobre novo rito das MPs

O relator da comissão especial destinada a modificar o rito de tramitação das medidas provisórias, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), distribuiu aos integrantes da comissão seu relatório final, que poderá ser votado na próxima reunião, no início do mês de junho.

Pela proposta, a medida provisória (MP) terá 60 dias para tramitar na Câmara, 45 dias no Senado e mais 15 dias novamente na Câmara, caso receba modificações no Senado. Se for rejeitada pela Câmara, a admissibilidade será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e, posteriormente, pelo Plenário. Se

também for rejeitada, a MP será transformada então em projeto de lei, que tramitará em regime de urgência governamental.

Não será possível prorrogar os prazos estabelecidos. Caso não seja aprovada, a MP perderá sua eficácia por decurso de prazo ao final de 120 dias, explicou Sigmaringa.

O relator disse que o Senado teve atendida sua reivindicação mais importante, a de não mais receber a MP quando seu prazo de tramitação já está quase esgotado. Ele destacou que, se a Câmara não votar a MP em 60 dias,

ela segue para o Senado imediatamente. Se aprovada pelos senadores, volta para a Câmara, onde somente poderá ser acatada ou rejeitada (não modificada).

MP irá para o Senado caso não seja apreciada no prazo pela Câmara

Sigmaringa propõe o fim das comissões especiais para exame das medidas - "elas nunca funcionaram mesmo" - , incum-

bência das próprias comissões permanentes e dos plenários.

As MPs tramitarão em cada Casa separadamente, começando pela Câmara, examinando-se inicialmente os requisitos de urgência e de relevância.

Mercosul articula a criação de Parlamento

A mesa da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) do Mercosul reuniu-se no Senado para a abertura da 9ª Reunião Birregional CPC do Mercosul - Delegação Mercosul do Parlamento Europeu. Entre os temas, a criação do Parlamento do Mercosul.



Sérgio Zambiasi

O presidente da CPC do Brasil, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), enfatizou que o Parlamento do Mercosul é fundamental para consolidar a integração entre os países do Cone Sul, pois poderá solucionar de forma mais rápida os problemas comuns aos países-membros. Ele disse que o Mercosul busca inspirar-se no Parlamento Europeu, que pode contribuir para a criação de um parlamento para os países do Sul.

O Parlamento do Mercosul, conforme informou Zambiasi, será composto por 99 membros - 36 do Brasil, 31 da Argentina, 16 do Uruguai e 16 do Paraguai -, com eleições diretas já em 2010. O senador afirmou que a eleição dos membros é um ponto de discordância com a Argentina, pois o país propõe que a indicação dos membros para o Parlamento do Mercosul seja feita nos congressos.

Perito defende reestudo da Raposa Serra do Sol

Em audiência na comissão externa, o presidente da Comissão de Peritos da Justiça Federal, Hamilton Gondim, afirmou que houve "uma quantidade fora do comum de irregularidades" no processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol (RR), homologada por decreto presidencial em abril. Pelo decreto, foram destinados 1.743.089 hectares para 164 aldeias, excluindo da área a sede do município de Uiramutã, o 6º Pelotão Especial de Fronteira, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos das rodovias públicas federais e estaduais. Gondim propõe que uma comissão levante informações mais coerentes sobre a região, com o uso de computadores e programas de estatística. O perito afirmou que muitas partes dos relatórios apresentados à Fundação Nacional do Índio (Funai) foram elaboradas por organizações não-governamentais e há, inclusive, casos de técnicos que assinaram documentos "sem nunca terem ido a Roraima". O presidente da comissão externa, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), disse ter ouvido diversos depoimentos em Roraima que o levaram à conclusão de que a maioria dos moradores da região - índios ou não-índios - não queria a demarcação como foi feita. O senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) lembrou que os próprios índios não querem a demarcação porque acham que "criação de reservas apenas piora a vida deles".

PLENÁRIO

Senado deve concluir votação para conselhos

Apesar da polêmica em torno da rejeição do jurista Alexandre de Moraes para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Plenário do Senado deverá votar, na sessão desta terça-feira, os nomes dos nove conselheiros que faltam – cinco foram aprovados na semana passada. Também na terça, os senadores votarão dez indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Caso todos sejam aprovados, faltarão apenas três indicados para o CNMP e um nome para a vaga no CNJ que estava prevista para Moraes, que era representante indicado pela Câmara dos Deputados.

Os dois conselhos foram criados pela reforma do Judiciário e têm como finalidade fiscalizar a atuação administrativa e financeira do Judiciário e do Ministério Público, e o cumprimento dos deveres funcionais de juízes e procuradores. O CNJ tem 15 integrantes e o CNMP, 14. Os dois conselhos devem ser instalados até o dia 6 de junho e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, tem poderes para completar a lista, caso o Senado não aprove todas as indicações.

Na última quarta-feira, o Senado aprovou cinco dos 15 indicados para compor o CNJ. Mas a rejeição de Moraes provocou um acirrado debate e impediu a continuidade das votações. O senador José Agripino (PFL-RN) apresentou requerimento de inversão de pauta para votar a indicação de Moraes – que, por dois votos, não obteve a maioria absoluta de 41 votos necessários.

Senadores da oposição disseram que o PT desprezou o acordo de líderes – o que teria sido uma reação à tentativa de criação da CPI dos Correios.

Oposição quer anular votação para sanar impasse

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou a possibilidade de anulação da votação que rejeitou o nome do jurista Alexandre de Moraes para integrar o CNJ uma “uma grande saída à base do governo para corrigir um equívoco”. Pelo menos foi o que o líder do PSDB disse na sexta-feira ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que solicitou ao partido apoio à questão de ordem apresentada por ele em Plenário cancelando a votação sobre o assunto, ocorrida na quarta-feira e presidida pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Para Alvaro Dias, a questão de ordem tem forte amparo no Regimento da Casa, que determina que as sessões devem ser presididas pelos membros da Mesa ou, na ausência deles, pelo “senador mais idoso”. A questão de ordem será dirimida pela Mesa da Casa e o presidente Renan Calheiros pode enviá-la para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Se a matéria não for acatada, Alvaro Dias advertiu que poderá recorrer da decisão.

Alguns senadores acreditam que a anulação da votação tende a não prosperar por duas razões básicas: não ter sido solicitada na sessão em que o nome de Moraes foi apreciado e por inexistir, no regimento, dispositivos que tratem do assunto.

CCJ aprecia indicados para o conselho do MP

Dentre os 25 nomes indicados pelo Ministério Público dos estados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Senado selecionou três representantes para serem sabatinados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os escolhidos foram o representante do Ministério Público de Goiás, Paulo Sérgio Prata Resende, o do Ministério Público de Alagoas, Luciano Chagas da Silva, e o do Ministério Público



Senado deverá terminar nesta terça-feira pleito que gerou polêmica na última semana

O senador José Sarney (PMDB-AP) apelou ao presidente do Senado para que repetisse a apreciação, mas Renan Calheiros decidiu que só repetiria se houvesse unanimidade na Casa.

Renan Calheiros enviou ofício à Câmara dos Deputados pedindo nova indicação para o lugar de Alexandre de Moraes. Caso isso não ocorra em 15 dias, a designação caberá ao STF.

Mercadante: governo também sofreu derrotas

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), respondeu aos discursos da oposição lembrando que, por diversas vezes, ele também teve sentimento de indignação ao longo da legislatura. “Nós tivemos o caso do Fantini, recentemente, sem que tenha tido um único argumento público”, expôs, referindo-se à indicação do engenheiro químico José

Fantini para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP), rejeitada por 12 votos a 11 pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O senador citou outras derrotas e disse que a experiência pode ser uma importante lição para que “possamos debater as diferenças com transparência e de forma pública”. O líder do governo defendeu o fim do voto secreto na indicação de autoridades. Ele disse que discutirá com a oposição uma solução para o caso.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que os senadores têm o dever de reparar os erros cometidos na sessão de quarta-feira. Ela lembrou que a Casa já refez votações em legislaturas anteriores, acrescentando que é preciso ter sensibilidade para não comprometer o funcionamento do Conselho Nacional de Justiça. “Esta Casa merece um final menos melancólico para essa grande conquista da sociedade, que é o controle do Judiciário”, destacou.

do Espírito Santo, Saint'Clair Luiz do Nascimento Júnior. A seleção foi feita de maneira informal, por meio de votos depositados em uma urna durante a sessão deliberativa ordinária. Votaram 73 senadores. A CCJ já aprovou dez dos 14 membros que comporão o CNMP. O conselho, que fiscalizará o MP, é uma das mudanças introduzidas pela reforma do Judiciário. Após a sabatina na CCJ, as indicações são encaminhadas ao Plenário.

Plenário aprova medidas provisórias e libera pauta

Por acordo de lideranças, os senadores aprovaram o projeto de lei de conversão (PLV 6/05, referente à MP 321/04) que dispõe sobre a criação de cargos na estrutura do Ministério da Saúde e uma medida provisória (MP 236/05), que abre crédito extraordinário em favor de municípios, estados e Distrito Federal, no valor de R\$ 2,89 bilhões. Por força da prioridade constitucional das duas matérias, as votações na Casa estavam paralisadas desde o início do mês.

Pelo projeto de lei de conversão,

Projeto cria 3.490 cargos na carreira da Seguridade Social e Trabalho

ficam criados na carreira da Seguridade Social e do Trabalho 3.490 cargos efetivos para atender necessidades das unidades hospitalares do Ministério da Saúde. A maioria deles são para auxiliar de enfermagem. Os demais cargos serão preenchidos por médicos, enfermeiros, administradores, agentes administrativos, assistentes sociais, auxiliares operacionais, biólogos, engenheiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, nutricionistas, odontólogos, psicólogos, técnicos em laboratório e em radiologia e tera-

peutas ocupacionais. O PLV cria ainda a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde (Gipas), a ser paga aos servidores que fizerem jus ao benefício.

A medida provisória, por sua vez, foi editada pelo Executivo, segundo a justificativa, com o objetivo de compensar a perda de várias unidades da Federação na arrecadação do Imposto

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre exportação.

Na mesma sessão, ainda foram aprovados dois projetos de de-

creto legislativo. O primeiro, relatado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), ratifica resolução da Assembléia Geral da ONU, realizada em outubro de 2003, contra as práticas de corrupção. Relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o segundo aprova texto do acordo celebrado entre o Brasil e a Eslováquia sobre isenção parcial de vistos. O Plenário aprovou requerimento concedendo licença ao senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) para tratamento de saúde.

Senadores acompanharão crise política em Rondônia

A Mesa do Senado designou os dez senadores que farão parte da comissão especial temporária que acompanhará a crise institucional no estado de Rondônia, cuja criação foi aprovada no dia anterior pelo Plenário, a pedido da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

A crise começou com a divulgação, no programa *Fantástico*, da TV Globo, do conteúdo de fitas de vídeo mostrando sete deputados estaduais pedindo propina ao governador Ivo Cassol (PSDB) em troca de votos na Assembléia Legislativa. Ivo Cassol está sendo processado por formação de quadrilha e descumprimento da lei orçamentária estadual. Depois da denúncia, a assembléia foi alvo de vários protestos da população e chegou a ser depredada.

Foram designados para compor a comissão: Demostenes Torres (PFL-GO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Amir Lando (PMDB-RO), Fátima Cleide (PT-RO) e Augusto Botelho (PDT-RR). Os suplentes serão Romeu Tuma (PFL-SP), Magno Malta (PL-ES), João Alberto Souza (PMDB-MA), Sibá Machado (PT-AC) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

O senador Tião Viana (PT-AC), que classificou como “crítica” a situação política



Fátima Cleide será uma das cinco titulares da comissão designada pelo Senado

em Rondônia, foi quem inicialmente propôs que o Senado enviasse uma comissão ao estado. Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PFL, José Agripino (RN), concordaram com a proposta.

Raupp apresentará interpelação judicial

As gravações feitas sigilosamente pelo próprio governador contêm também insinuações de que teria havido corrupção à época em que o senador Valdir Raupp (PMDB) governou o estado, entre 1995 e 1998. O senador disse que a insinuação é injuriosa e que pretende processar Ivo Cassol e o deputado estadual Emílio Paulista. Para Raupp, as fitas mostram o deputado fazendo “um blefe” para pressionar o governador a aceitar um esquema de corrupção.

SANEAMENTO Propostas garantem universalização do abastecimento de água e tratamento de esgoto

Lei deve melhorar qualidade de vida



A definição de marco regulatório para o saneamento no país está na pauta do Senado e da Câmara, onde tramitam duas propostas, que divergem em vários aspectos.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) se adiantou à questão e apresentou projeto sugerido pelo Fórum Nacional de Secretários Estaduais, com o apoio de outros parlamentares. A Câmara dos Deputados, por sua vez, vai discutir a proposta do Executivo, encaminhada na última quinta-feira.

Apesar das diferenças, as duas proposições têm como objetivo garantir a universalização do abastecimento de água e do tratamento de esgoto, entre outros serviços.



Obra de saneamento em Guaribas, no Piauí: projetos buscam garantir serviços a toda a população

Camata: projeto reflete a realidade

Uma proposta que estabelece diretrizes gerais para o saneamento, sem interferir na autonomia dos estados e dos municípios. É assim que o senador Gerson Camata define a proposta de marco regulatório que encaminhou ao exame dos senadores. A iniciativa “não tem a pretensão de reinventar a roda, e define os serviços de saneamento básico a partir da realidade”, observou o parlamentar. A seu ver, isso não acontece com o projeto encaminhado pelo governo à Câmara, que é criticado pelas entidades que ajudaram na sua elaboração.

Para a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), uma das colaboradoras, a proposta do Executivo quer desmontar as companhias estaduais.

– O grande equívoco do Ministério das Cidades é tratar um problema financeiro como se fosse institucional – disse o diretor-presidente da Aesbe, Vitor Bertini.

A universalização do saneamento, afirma Bertini, depende apenas de uma lei capaz de atrair investimentos para o setor, o que foi contemplado pelo projeto

em discussão no Senado.

Segundo ele, o governo vai criar um “desarranjo institucional”, porque pretende “começar do zero” para reestruturar o setor, em vez de simplesmente aperfeiçoar o modelo atual.

Sobre as críticas do Ministério das Cidades à proposta do Senado, no sentido de que o projeto busca garantir uma reserva de mercado às companhias estaduais, Bertini ressaltou que o texto não se opõe à coexistência de entidades de naturezas distintas. Ele também aponta uma “fúria centralizadora” do projeto governamental, que exige a aprovação prévia de planejamentos dos serviços para a liberação dos recursos.

Outra crítica do ministério é que a proposta sugerida pelo fórum restringe o saneamento às redes de água e de esgoto, deixando de lado atividades como coleta de lixo e drenagem urbana. Para o diretor da Aesbe,



Diretrizes previstas na proposta de Camata não afetam autonomia dos estados e municípios

esses dois serviços devem ser regulados por outras leis, para que o debate não perca o foco dos serviços principais.

A proposta do Senado, explicou Vitor Bertini, não interfere nos direitos já garantidos pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e tampouco permite a cobrança de taxas abusivas pelos serviços.

– As companhias estaduais são atualmente grandes financiadores do superávit primário. O setor pagou ao governo R\$ 900 mil de PIS/Cofins, enquanto a verba orçamentária do saneamento executada pelo governo foi de R\$ 400 milhões – finalizou.

Para governo, direito do cidadão é resgatado

Para o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Abelardo de Oliveira Filho, o projeto que tramita no Senado “foi feito sob medida para as empresas estaduais”. Ele coordenou o grupo que redigiu a proposição enviada à Câmara pelo Executivo.

Segundo Abelardo, a iniciativa de Gerson Camata busca “proteger as empresas estaduais e manter o domínio dessas companhias sobre o mercado”.

– A proposta [do senador] sugere mudar tudo para que as coisas permaneçam exatamente onde estão.

O marco regulatório proposto pelo governo, explicou o secretário, avançou ao dar segurança jurídica aos contratos entre os prestadores e os titulares do serviço, além de buscar a transparência de todo o processo, evitando o mau uso do dinheiro público. A meta, informou, é concretizar a universalização do saneamento ambiental em 20 anos.

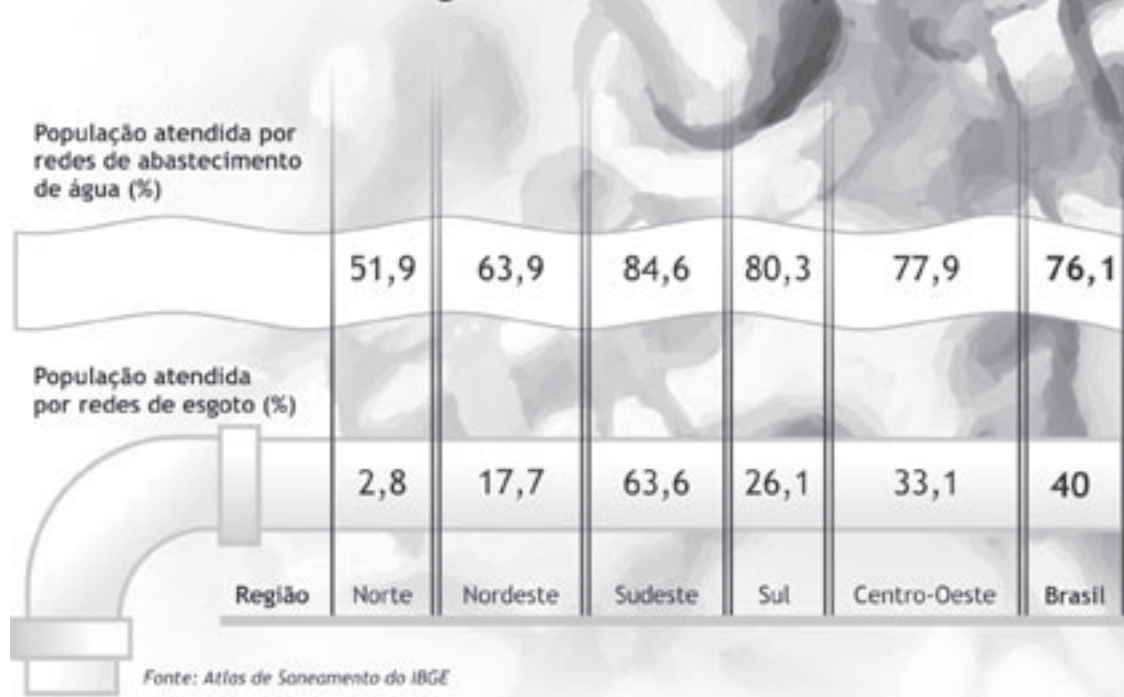
Para isso, de acordo com o secretário, o Executivo vincu-

lou os financiamentos à apresentação de um plano diretor que adote metas explícitas para atendimento, qualidade e tarifa. “Não dá para ficar jogando recurso público pelo ralo”, justificou. Para ele, não há qualquer pretensão centralista na proposta do governo, que garante a autonomia municipal.

O secretário tachou de “superficial” o projeto em análise pelos senadores, que, a seu ver, fica restrito às redes de água e de esgoto. O saneamento básico, observou, refere-se também ao manejo de resíduos sólidos, ou seja, requer “ações integradas que compreendam esgotos, coleta de lixo, drenagem, entre outros”.

Conforme Abelardo, a iniciativa do governo estabelece transparência nas tarifas, além de impedir o corte de água de consumidores de baixa renda, de escolas e instituições de saúde. De acordo com o secretário, a proposição define “mecanismos de planejamento, avaliação, transparência, fiscalização e resgate dos direitos do cidadão”.

Mais da metade da população não tem acesso a redes de esgoto



Medida evita doenças

Saneamento básico é a principal medida para a prevenção de verminoses e outras doenças infecciosas e parasitárias. “Sobram estatísticas para dimensionar com precisão a importância do saneamento básico para o desenvolvimento do país”, afirmou Gerson Camata ao apresentar sua proposta de marco regulatório do setor.

Os custos do Sistema Único de Saúde (SUS) com o tratamento de enfermidades causadas pela falta de saneamento

não são definidos, mas o Ministério da Saúde estima que 65% das internações hospitalares resultam de serviços de tratamento de esgoto e de água inadequados.

Estudioso do assunto, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, disse que “o Congresso tem de encarar o tema. Além da saúde, o saneamento está ligado à poluição de cartões-postais brasileiros, como é o caso da Lagoa Rodrigo de Freitas [RJ]”.

QUESTÃO SOCIAL Proposta assegura compensação financeira para famílias de pescadores e agricultores

Projeto ajuda prejudicados com represa de hidrelétrica



Projeto do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, assegura apoio às populações ribeirinhas que vivem abaixo de barragens construídas nos rios brasileiros e sofrem com o desaparecimento de lagoas marginais e a degradação das águas, com o comprometimento dos manguezais e plânctons fundamentais para a sobrevivência da fauna fluvial e marinha.

O projeto de lei (PLS 212/02), que altera o artigo 36 do Decreto-

abaixo das represas (a jusante), embora gravemente afetadas pela construção de hidrelétricas, não recebem qualquer tipo de apoio. Depois de passar pela CAS, o projeto segue para a Câmara.

O desenvolvimento de programas de piscicultura seria uma alternativa para ajudar essas famílias. Alguns projetos chegaram a ser implantados, mas foram paralisados, afirmou Teotônio.

– Tenho procurado ajudar essas populações em Alagoas e Sergipe, sobretudo as de baixa renda e que sempre dependeram da pesca e da agricultura para a sua subsistência.

A situação, segundo o senador, atinge milhares de famílias ao longo do rio São Francisco. Com a construção de barragens, o fluxo de água fica regular e não ocorrem mais cheias que irrigavam e fertilizavam as terras situadas nas margens do rio e inundavam lagoas, que se transformavam em viveiros de peixes de diferentes espécies.

As barragens também prejudicam a piracema (o deslocamento dos cardumes rio acima para a desova), provocando o desaparecimento de

várias espécies. No Baixo São Francisco, a população atingida, informou o senador, não recebe qualquer tipo de apoio da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Segundo o projeto, o proprietário ou concessionário de represas deverão garantir a agricultores e pescadores compensação financeira por perdas comprovadas por laudo técnico, decorrentes da alteração do curso d'água. "É uma forma de reparar os prejuízos causados a essas famílias", argumentou Teotônio Vilela.



Pescadores que vivem a jusante das represas hidrelétricas sofrem efeitos das mudanças nos rios

Movimento defende direitos dos atingidos

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi criado para lutar pelas famílias desalojadas com a construção de represas e da formação de lagos. De acordo com o coordenador nacional do movimento, Marco Antônio Trierveiler, de cada dez famílias retiradas das áreas de hidrelétricas, sete são expulsas e não recebem indenização ou terra para o reassentamento. Embora voltado inicialmente para as populações que foram obrigadas a abandonar suas terras, o movimento, segundo o coordenador, tem recebido a adesão de agricultores, pescadores e garimpeiros que vivem em áreas abaixo das barragens e que, mesmo não tendo perdido

suas terras, estão sofrendo com o impacto das modificações hidrológicas causadas pelas obras de engenharia.

De acordo com Trierveiler, até agora 300 mil famílias foram expulsas ou prejudicadas em suas atividades de subsistência com a construção de represas.

– Este número poderá chegar a 400 mil, caso o governo leve adiante a instalação de mais 70 barragens que já receberam licença para o início das obras – alertou o dirigente do MAB.

O movimento promove manifestações em todo o país com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

(CNBB). Em março deste ano houve confronto com a Polícia Militar em Minas Gerais durante manifestação em Rio Casca para impedir a construção da hidrelétrica de Jurumirim. Em Tucuruí (PA), temendo invasão por famílias desalojadas do local, 200 soldados do Exército foram deslocados para proteger as instalações. A usina, construída no rio Tocantins, desalojou 32 mil pessoas. Poucas receberam indenização, segundo o MAB.

Além do risco de expulsão, em alguns reservatórios as famílias são obrigadas a pagar taxas para ter acesso aos lagos. Trierveiler citou o exemplo da Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás.



Teotônio: milhares de famílias foram atingidas apenas no rio São Francisco

Lei 221/67, obriga o proprietário ou concessionário de represas situadas em cursos d'água a adotar medidas de proteção à fauna e à flora, bem como garantir condições para o exercício das atividades agrícolas e pesqueiras de forma sustentável.

De acordo com o autor do projeto, a legislação e os programas de governo, até agora, estiveram voltados às populações que foram desalojadas devido ao enchimento de lagos (famílias instaladas a montante da represa), mas aquelas que vivem

Parques aquícolas podem ser a solução

Um dos programas do governo para enfrentar a destruturação da atividade econômica de famílias atingidas pela construção de barragens são os parques aquícolas. A Secretaria Nacional de Aqüicultura e Pesca (Seap) investe no conceito de "peixe de barragem", que vem a ser o peixe cultivado nos lagos das usinas hidrelétricas e que vai receber um certificado de boa procedência. Com essa política de desenvolvimento da aquíicultura, a secretaria espera motivar agricultores, pescadores e aquícultores.

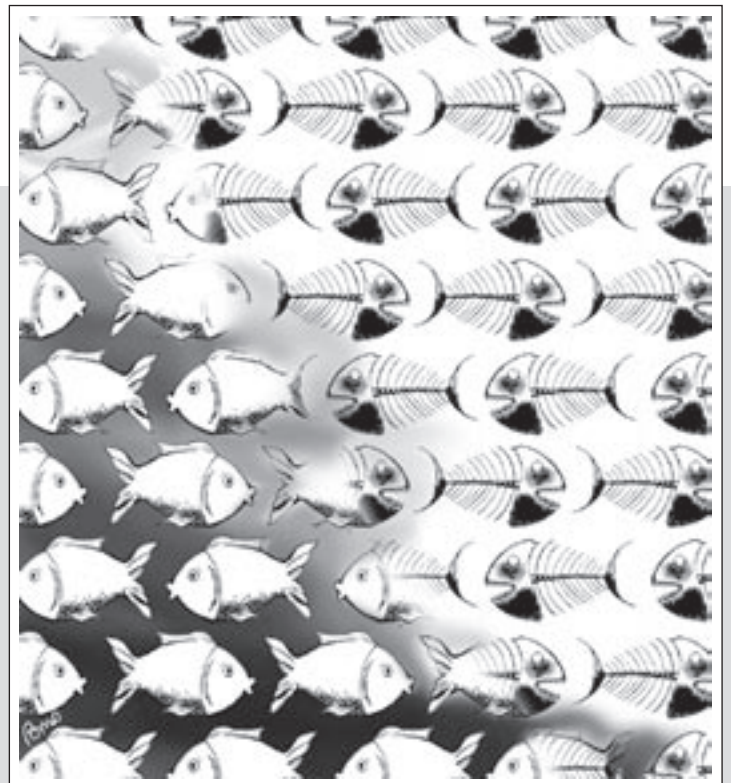
Para o ministro da Pesca, José Fritsch, as barragens são "o ponto de partida para o cresci-

mento sustentado do cultivo de pescados no Brasil".

As áreas alagadas somam mais de 5 milhões de hectares em todo o país. Com a ajuda delas e do cultivo na faixa costeira, o país, de acordo com a Seap, tem condições de produzir mais de 11 milhões de toneladas de pescados por ano.

Até agora, porém, os pescadores têm enfrentado dificuldades para desenvolver os projetos, devido à exigência de estudo

de impacto ambiental, como é o caso da usina de Itaipu. Serão desenvolvidos projetos em 11 barragens, localizadas em seis regiões do país. O primeiro passo será orientar famílias integrantes do MAB para a produção pesqueira. Na segunda etapa, serão adquiridos material de pesca e embarcações e feito o diagnóstico social e ambiental. A produção se dará basicamente em tanques-redes, dentro dos lagos das barragens e em açudes.



Estudo do IBGE mostra que 127 municípios do São Francisco sofrem com barragens

A alteração do regime hidrológico dos rios, com a construção de barragens, foi apontada em pesquisa do IBGE sobre o meio ambiente no Brasil, divulgada no último dia 14, como uma das principais causas da redução da quantidade e da diversidade do pescado no rio São Francisco. De acordo com a pesquisa, 127 municípios situados ao longo da bacia do rio enfrentam problemas ligados à construção de barragens, à degradação da mata ciliar e à pesca predatória.

De acordo com a pesquisa, 772 municípios brasileiros se declararam prejudicados em

função de problemas que envolvem a pesca. A maior parte dos entrevistados apontou a pesca predatória como principal problema. Ainda de acordo com a pesquisa, no Ceará, em cinco municípios com criação de camarões bastante difundida – Amontada, Aquiraz, Icapuí, Limoeiro do Norte e Paracuru – houve prejuízos à pesca extrativa, causados pela degradação de manguezais e pelo assoreamento. A aquíicultura tornou-se alternativa econômica no Nordeste, mas sua expansão descontrolada prejudica ecossistemas locais e a pesca extrativa.

COMISSÕES

Congresso articula uma saída para Varig

Dois pontos nortearam os debates sobre a crise da Varig na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), na última semana: a definição do papel do governo na solução do problema e o consenso sobre a necessidade de se evitar a falência da empresa.

Nesse sentido, avaliou a presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Varig, deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), a nomeação de conselho para administrar a empresa no lugar da Fundação Rubem Berta foi um passo importante. A comissão, para a deputada, vai dar transparência à negociação para solução da crise e atrair novos investidores.

A Varig tem dívida estimada em R\$ 9 bilhões, a maior parte devida ao governo, que, por sua vez, também tem dívidas com a Varig. Por isso, os parlamentares pediram posicionamento claro do Executivo na questão.

– Uma solução de mercado tem o governo dentro, não como ente estatal, mas como credor e devedor da empresa. Ele não pode se abster – assinalou Yeda Crusius.

"Encontro de contas" é defendido em debate

Uma iniciativa proposta na audiência foi o chamado "encontro de contas", em que a quantia



Ao lado de Heráclito Fortes, deputada Yeda Crusius disse que o governo não pode se abster na questão da crise da Varig

devida pelo governo seria abatida das dívidas da empresa. Embora o ministro da Defesa, José Alencar, tenha descartado a proposta em audiência no Senado há duas semanas, ela obteve o apoio de diversos senadores, como Paulo Paim (PT-RS), César Borges (PFL-BA) e Heráclito Fortes (PFL-PI). "O encontro de contas é viável", defenderam Borges e Heráclito.

Segundo o representante dos pilotos da Varig, Márcio Marsillac, a negociação ainda não conta com o comprometimento de todos as partes envolvidas. Para ele, é preciso projeto que "ponha no papel o envolvimento do governo, como credor, poder concedente e agente fomentador; do credor fornecedor e dos tra-

balhadores".

Diante das críticas ao papel do governo, o diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), brigadeiro Jorge Godinho, ressaltou que existe compromisso governamental para a manutenção da Varig, caracterizada por ele como "um cristal que deve ser bem tratado".

O presidente da comissão, senador Heráclito Fortes, anunciou que os senadores vão dar continuidade à discussão sobre a Varig. Ainda devem ser ouvidos os representantes dos empregados do setor, além dos membros do conselho de administração da empresa, comandados pelo ex-presidente da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn.

Criação da Anac pode melhorar setor

A criação da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) é a principal mudança no setor em análise no Congresso. O projeto está nas mãos do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que deixa claro que a "Anac não vai ser a solução para a crise da Varig". O substitutivo que deve apresentar nas próximas semanas, ressaltou Delcídio, trata de uma "política para o setor, e não deve ser confundido com um caso específico".

O senador antecipa que propôs um texto "enxuto, sem os penduricalhos colocados no texto por sugestão das companhias",

referindo-se a pontos como a suspensão dos poderes do Conselho Administrativo de Política Econômica (Cade) para julgar ações sobre o setor, e à ampliação das concessões das atuais empresas.

Delcídio deixa claro que agência não vai solucionar crise da Varig

A Anac vai substituir o Departamento de Aviação Civil (DAC) na regulação da aviação de passageiros e de cargas, transferindo para os civis o poder sobre o setor, atualmente controlado pelos militares.

O líder petista, no entanto, não nega a possibilidade de alguma ação governamental específica para a Varig. Ele ressaltou que "não conhece a solução pensada, mas

acha difícil que ela não passe por uma *apitada* do governo".

A necessidade de reestruturação setorial na aviação civil é um dos poucos consensos obtidos na discussão sobre a crise das empresas aéreas.

– Sem ela, nem a "menina dos olhos" vai sobreviver – previu o presidente da Fundação Rubem Berta, Ernesto Zanata, referindo-se à Gol, companhia aérea que tem registrado trajetória ascendente nos últimos anos. Zanata enfatizou que todas as empresas antigas, como a Vasp e a Transbrasil, enfrentam crises, conseqüência das políticas governamentais implementadas, de erros de gestão, e da falta de regulação.

Dirceu deve falar sobre possível venda da Infraero

A discussão sobre a aviação civil ganhou maior repercussão por conta de uma crise deflagrada em outra empresa do setor: a Infraero. Os funcionários da empresa entraram em greve na última semana, reivindicando aumentos salariais e protestando contra a notícia de privatização da empresa. Para comentar os boatos de privatização da empresa responsável pela gestão dos aeroportos, a Comissão de Serviços de Infra-

Estrutura aprovou requerimento convocando o ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Ainda não há previsão para o comparecimento do ministro, informou a assessoria de imprensa da Casa Civil. Mas a convocação garante a presença do ministro. De acordo com a Constituição, Dirceu tem 30 dias para marcar data para a audiência, sob pena de ser processado por crime de responsabilidade.



Relator do projeto que cria a Anac, Delcídio defende ampla reestruturação do setor

Redução de jornada busca consenso na CAS

Em audiência na Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o empresário Francisco Simeão, da empresa de pneus BS Colway, afirmou que é possível reduzir jornada de trabalho sem diminuir o salário dos trabalhadores. Há cinco anos, reduziu a jornada dos funcionários de 44 para 36 horas semanais e, depois disso, sua empresa teve crescimento de 65%.

Para ele, o custo da redução da jornada de trabalho foi pago com o aumento de produtividade e ainda sobrou tempo para o melhoramento profissional e

da qualidade de vida dos seus funcionários.

O diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Ferraiolo, disse que o segmento industrial defende a tese de que o que gera e melhora o emprego é o desenvolvimento econômico.

– Não teremos qualquer avanço no nível de emprego sem a necessária adequação na tributação sobre os salários – afirmou, apoiado pelo membro do Conselho de Relações de Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Osmani Teixeira de Abreu.



Paulo Paim (C), autor de cinco projetos sobre o tema: audiência pública ajudará a construir proposta consensual

Para os trabalhadores, medida reduz desemprego

Os sindicatos defenderam a redução da jornada sem diminuição salarial, como forma de gerar empregos e promover o crescimento econômico. A medida é prevista em vários projetos em tramitação no Congresso, entre eles o do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da subcomissão que trata do assunto.

A representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rosane da Silva, afirmou que a redução da jornada de trabalho irá possibilitar a inclusão social, com perspectiva de geração de

cerca de 2,8 milhões de empregos.

Também participaram da audiência Clemente Gans Lúcio, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese); José Carlos Schutt, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Laerte Teixeira da Costa, presidente da Central de Apoio ao Trabalhador; Antônio Neto, presidente da Central Geral dos Trabalhadores; Sérgio Leite, da Força Sindical; e Vicente Silva, da CGT.

Crivella apóia proposta mas prevê "luta contra a elite"

O relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) prevê a redução da jornada de trabalho, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), afirmou ser favorável à matéria, mas destacou que a "luta a ser travada com a elite não será fácil".

– A elite só faz pequenas concessões diante de graves movimentos sociais – disse Crivella, que é também vice-presidente da subcomissão.

trabalho.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), disse esperar que seja elaborado projeto de consenso sobre o tema, envolvendo não só empresários e trabalhadores,

mas também o poder público.

– Com esse projeto consensual, teremos um país melhor, produzindo e gerando trabalho para todos – avaliou.

O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que, das várias propostas que tramitam na Casa, cinco são de sua autoria.

– O fruto dessa conferência é permitir à relatoria a construção de proposta única que represente a média de pensamentos – enfatizou.

Paulo Paim espera que CAS elabore projeto único para votação

DESENVOLVIMENTO REGIONAL Comissão debate em audiência baixo volume das aplicações do banco na região

BNDES empresta pouco ao Nordeste



A crise da economia nordestina reacendeu as discussões sobre a redução dos financiamentos

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na região. Com retração de 12% ano passado, em comparação com 2003, o Nordeste acusou o pior desempenho entre as aplicações regionalizadas do BNDES. Recebeu em 2004 apenas 7% do total de desembolsos do principal financiador de projetos de médio e longo prazos no país. (Ver tabela abaixo)

Com o intuito de avaliar as razões para uma performance tão ruim, e já na reta final das negociações no Senado para a apresentação do substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao projeto de recriação da Sudene, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realizou audiência semana passada, com o presidente do BNDES, Guido Mantega, e o presidente do Banco do Nordeste (BNB), Roberto Smith.

Mantega procurou convencer os senadores de que a recuperação econômica do país terá reflexos no Nordeste e no Norte.

– O BNDES nunca teve tantos projetos estruturantes na sua história recente. Estamos iniciando novo ciclo de desenvolvimento nessas regiões – afirmou. Em uma das tabelas que apresen-

tou, os projetos em andamento no Nordeste envolvem investimentos de R\$ 13,41 bilhões, dos quais R\$ 5,6 bilhões financiados pelo banco. Desse montante, R\$ 5,2 bilhões são para projetos estruturantes.

O presidente do BNDES aposta que as estatísticas em 2005 irão melhorar. Segundo Mantega, apenas um projeto de celulose no sul da Bahia deve contar com R\$ 2 bilhões do banco, o que representa metade do total a ser investido na nova planta. Além disso, continuou, o BNDES vai expandir aplicações para empresas de menor porte, ajudando a dinamizar economias regionais.

Com a previsão de emprestar R\$ 15 bilhões este ano para essa clientela (em 2004 foram R\$ 12,5 bilhões), o BNDES lançou um cartão em 2003 que oferece crédito simplificado para micro, pequenas e médias empresas. O BNB deve ser incluído entre os bancos que operam o cartão.

Projeto destina 35% às regiões mais pobres

Mesmo com o relato de tantas iniciativas e planos do BNDES, os senadores nordestinos não esconderam o seu ceticismo em relação ao tratamento que o governo dispensa à região. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) vocalizou a queixa recorrente: de que “o BNDES não amplia a sua atuação porque não tem projeto e o Nordeste diz que não tem



Jereissati (C) ouve exposição de Mantega (E) sobre planos do banco para Nordeste e Norte

projeto porque não conta com recursos do banco”. Os senadores pediram a Mantega que o governo reverta a situação. “Há mais de 2 mil obras paradas no Nordeste por falta de recursos”, lamentou Sérgio Guerra, para quem falta vontade política dos governos para intensificar a atuação do BNDES na região. A crítica é quase tão antiga quanto a criação do banco em 1952.

Em 1997, ao apresentar projeto direcionando 40% das aplicações do banco para Nordeste e Amazônia, o então senador Beni Veras lembrou que, dos 33 bilhões de cruzeiros emprestados de 1956 a 1960, o BNDES destinou apenas 2 bilhões de cruzeiros

Desembolsos do BNDES por região

Região	(em R\$ milhões)				
	2003	%	2004	%	VAR 04/03
Norte	712.056	2%	1.954.066	5%	174%
Nordeste	3.112.239	9%	2.737.280	7%	-12%
Sudeste	20.036.124	60%	21.299.208	53%	6%
Sul	6.841.930	20%	8.682.804	22%	27%
Centro-Oeste	2.831.241	8%	5.160.539	13%	82%
Total	33.533.589	100%	39.833.897	100%	19%

para aquelas regiões.

Diante disso, o Congresso não abandonou a iniciativa de exigir legalmente atenção maior do BNDES para as regiões menos desenvolvidas. O projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) retoma a proposta de Beni Veras,

destinando, porém, 35% do total das aplicações para Norte e Nordeste, e incluindo desta vez o Centro-Oeste. Aprovado no Senado, a proposta tramita na Câmara e poderá, se aceita pelos deputados, fazer o que os governos não fizeram.

Smith aponta aumento de aplicações

A falta de demanda por recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) não é tão elevada como fez crer o ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, ao debater o projeto de recriação da Sudene com os senadores da CDR, segundo o presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith. Ele admitiu que há dinheiro sobrando. Mas que, se as aplicações continuarem crescendo como estão, os recursos serão insuficientes já em 2005.

Smith mostrou que a disponibilidade em 2004 atingiu R\$ 3,967 bilhões, com ociosidade de apenas R\$ 758 milhões em relação aos empréstimos do FNE. A previsão para este ano é alcançar o patamar de R\$ 4 bilhões em financiamentos, exigindo com-

plementação de R\$ 1,01 bilhão, já que a oferta seria de R\$ 2,989 bilhões. (Ver gráfico)

Diante desse cenário, Smith conseguiu a promessa de Mantega de que o BNDES poderá ajudar

a suprir os recursos que faltam para atender à demanda de projetos no Nordeste. O presidente do BNB disse que obteve do presidente da comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE),

a informação de que a proposta para repassar 40% de recursos do FNE ao Banco do Brasil será retirada, mantendo o banco como o único agente financeiro do fundo constitucional.

Embora as previsões de Smith indiquem recuperação da economia nordestina, o FNE apresenta a maior inadimplência entre os

fundos constitucionais. Conforme levantamento do Ministério da Integração Nacional, sobre o saldo das aplicações em 2004, o FNE registrou inadimplência de 36,7%.

A clientela com menor inadimplência no Nordeste é do setor rural, com 29,6%. Os demais setores chegam a 52,6%, enquanto no Centro-Oeste a taxa é de apenas 2,4%. O que funciona, na avaliação do consultor do Senado, Ricardo Miranda, como indicador da falta de dinamismo da economia nordestina.

ACM vai mudar a proposta da Sudene

As alterações ao projeto de lei de recriação da Sudene devem ser apresentadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no dia 2 de junho, conforme informou Tasso Jereissati ao final da audiência da comissão.

O substitutivo de Antonio Carlos ao texto aprovado na Câmara dos (PLC 59/04), no entendimento de senadores da comissão, deve resgatar o modelo de uma autarquia forte, propulsora do desenvolvimento regional, nos moldes idealizados pelo economista Celso Furtado quando a criou em 1959.

BNB quer ajudar a fortalecer empresas

A participação do Banco do Nordeste (BNB) no capital de empreendimentos naquela região, alternativa que poderá viabilizar cerca de R\$ 400 milhões para investimentos, ainda depende de posicionamento do governo, segundo o diretor de gestão do desenvolvimento do BNB, Pedro Eugênio Cabral. As negociações com os ministérios da Fazenda e da Integração Nacional para retirar a instituição das restrições impostas pelo Programa Nacional de Desestatização estão próximas de um desfecho.

Se o governo aprovar o pedido do BNB, a insti-

aplicar recursos próprios no capital de empresas – esclareceu Pedro Eugênio. Esses recursos viriam das ações de estatais como a Petrobras, que a União utilizou para integralizar sua participação no BNB. No entanto, com o Decreto 1.068, da desestatização, acrescentou, não há como dar liquidez a essas ações. Esse dinheiro, observou, poderia ser aplicado em setores com pouco capital para dar em garantia e boa taxa de retorno, como o de informática, ou viabilizar parcerias de infraestrutura.

O que está sendo chamado de BNBpar poderá ser reforçado se

for aprovada a proposta de Tasso Jereissati (PSDB-CE) de constituir um fundo de investimento para capitalizar empresas nordestinas, que contaria também com parte do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Pela contabilidade do próprio governo, o fundo que sucedeu o Finor possui saldo de cerca de R\$ 3 bilhões, que a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) não conseguiu aplicar em função das condições oferecidas aos tomadores.



COMISSÕES

Aluno da rede pública pode ter 50% das vagas nas universidades

A Comissão de Educação (CE) aprovou por unanimidade o substitutivo ao PLS 453/03, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que institui cota mínima de 50% para estudantes da rede pública nas universidades públicas. Em sua justificativa, Paim argumenta que o provável ingresso de um maior número de alunos de classe média e alta nas escolas públicas – motivados pelo sistema de cotas criado pelo projeto – levaria à melhoria do ensino médio público.

A proposta original de Paim previa a criação de um número de vagas nas universidades públicas proporcional ao número de alunos matriculados nas escolas públicas de nível médio. O substitutivo do relator, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), fixou o percentual das cotas em 50%.

Ao justificar seu parecer favorável, Sérgio Cabral lembrou que o Senado deverá se empenhar ainda para que a proposição “não fique parada” na Câmara dos Deputados.

– No ano passado, aprovamos projeto de minha autoria, de igual teor a esse do senador Paim. Porém, ele se encontra parado na Câmara. Quem perde é a cidadania brasileira, pois a



Sérgio Cabral, relator, torce para que a Câmara aprove logo o projeto

essência da proposta é valorizar o ensino público – lamentou Sérgio Cabral.

A CE aprovou também o PLC 95/02, do deputado Paulo Rocha (PT-PA), que institui o ensino médio nas penitenciárias. O relator da proposta, senador Romeu Tuma

(PFL-SP), elogiou o projeto.

– Transformar uma penitenciária em instituição de ensino é uma possibilidade muito boa. Teremos grandes razões para melhorar a qualidade dos degradados presídios brasileiros – comentou Tuma.

Foi aprovado ainda o PLS 141/05, que dá o nome de “Governador José Richa” ao aeroporto de Londrina (PR). O projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) foi relatado por Augusto Botelho (PDT-RR).

A comissão acatou ainda o PLS 360/04, do senador João Ribeiro (PL-TO), que institui 9 de dezembro como o Dia Nacional do Fonoaudiólogo. Requerimento dos senadores gaúchos Paulo Paim, Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB), convocando audiência pública para discutir a federalização de universidades comunitárias situadas em regiões pobres, também foi aprovado pela CE.

Projeto valoriza funcionário de escola

O Projeto de Lei 507/03, que inclui os trabalhadores não-docentes das escolas entre os profissionais de educação, recebeu o apoio dos três convidados para a audiência pública realizada pela Comissão de Educação (CE). E a autora da proposta, senadora Fátima Cleide (PT-RO), disse esperar que a matéria venha a ser transformada em lei antes de 15 de outubro, Dia do Professor.

– Este seria um dos melhores presentes que poderíamos dar aos trabalhadores em educação deste país. Precisamos trans-

formar em lei a valorização dos mais de 1 milhão de funcionários de escolas, que também são educadores, e superar a sua situação de invisibilidade – sustentou Fátima Cleide.

Convidados para audiência pública apoiaram proposta de Fátima Cleide

O projeto modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e inclui dispositivo segundo o qual consideram-se profissionais de educação básica, entre outros, os “portadores de diploma de curso técnico ou tecnológico em área pedagógica ou afim, obtido em instituição credenciada”. Incluem-se nessa definição os que trabalham em

secretarias escolares, cantinas, bibliotecas e na segurança dos alunos.

Segundo o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão, a educação “transcende o espaço da sala de aula” e é praticada pelo conjunto dos trabalhadores em cada escola.

Também participaram da audiência o diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, Horácio dos Reis Filho, e a vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro.

CAS cria subcomissão para portadores de deficiência

Foi instalada a Subcomissão Permanente para Portadores de Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) foi escolhido presidente. Azeredo destacou que a criação da subcomissão representa um avanço.

– Vamos estudar projetos que dizem respeito à pessoa portadora de deficiência e fiscalizar o cumprimento da legislação que já existe. Se nós fazemos as leis, temos que dar o exemplo – afirmou.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), membro da subcomissão, falou sobre a importância da inclusão.

– A realidade do país ainda é muito dura para o portador de deficiência. A criação dessa subcomissão representa uma mudança cultural rumo a uma sociedade mais justa e democrática, onde todos convivam em harmonia – declarou.

Para a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que também compõe a subcomissão, o tema da acessibilidade deve ser tratado com veemência, para garantir que todos, sem exceção, possam gozar de qualidade de vida.

Na ocasião, o presidente da Comissão de Acessibilidade do Senado, Adriano Bezerra de Faria, fez uma exposição a respeito das ações que vêm



Eduardo Azeredo presidirá a subcomissão: “Temos que dar o exemplo”, assinalou

sendo adotadas na instituição para promover a inclusão. Ele destacou a implantação de guias e rampas de acesso em vários locais, a liberação das calçadas, os sanitários especiais e a disponibilização de triciclos, além do programa de capacitação e sensibilização.



Jovens expõem na Câmara os números da violência sexual contra crianças e adolescentes dispostos sobre mapa do Brasil

Projetos contra exploração terão prioridade na Câmara

Os projetos de lei apresentados pela CPI Mista da Exploração Sexual e aprovados em 1º de março pelo Senado terão prioridade na pauta de votações da Câmara dos Deputados. A promessa foi feita pelo presidente da Casa, deputado Severino Cavalcanti, aos integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, que se juntaram a quase cem jovens, na última quarta-feira, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, para pedir agilidade na votação desses projetos.

Aguardam decisão da Câmara o PLS 253/04, que altera o Código Penal, e os PLSs 254/04 e 255/04, que modificam o Estatuto da Criança e do Adolescente. A deputada Maria do Rosário (PT-RS), relatora da CPI e uma das coordenadoras da frente

parlamentar na Câmara, solicitou urgência para a apreciação dos três projetos assim que eles chegaram do Senado.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que presidiu a CPI e coordena a frente parlamentar no Senado, destacou entre as mudanças previstas a que reconhece o crime de estupro também contra meninos e a que tipifica o crime de tráfico interno para fins sexuais.

Durante o ato promovido pelos jovens, foi exposto na rampa do Congresso Nacional e no Salão Verde da Câmara um mapa do Brasil com os dados da violência sexual contra meninos e meninas.

Estiveram presentes os senadores Cristovam Buarque (PT-DF), Heloísa Helena (PSOL-AL), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Fátima Cleide (PT-RO).

Frente parlamentar deve ser estendida a estados

Criada em 1993 e composta por 133 deputados e 25 senadores, a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente servirá de exemplo para as assembleias legislativas dos estados, conforme as metas anunciadas no lançamento do Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e pela Adolescência, na segunda-feira passada, em Fortaleza.

Deputados estaduais de todos os estados presentes ao lançamento do pacto se comprometeram a criar mecanismos de apoio técnico-político entre o

Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais. Dentre as medidas anunciadas no evento, a senadora Patrícia Saboya ressaltou a campanha nacional destinada a incentivar os profissionais da área de transporte a denunciar situações de violência sexual contra crianças e adolescentes nas estradas brasileiras.

No evento foi anunciado acordo para a ampliação, aos fins de semana e feriados, do funcionamento do programa Disque-Denúncia, que utiliza o telefone 0800-990-500.

Especialistas debatem revisão da lei do aborto

A Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha 2005 promoveu debate sobre a revisão da legislação punitiva do aborto. O Código Penal trata o aborto como crime contra a vida – com pena prevista de um a três anos de detenção – e só prevê duas exceções: risco de morte da gestante e gravidez resultante de estupro.

O evento aconteceu no auditório do Interlegis e foi transmitido via videoconferência às assembleias legislativas. Participaram do debate a integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher Lia



Zanotta Machado; o assessor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Thomaz Gallop; e a representante do Ministério da Saúde, Regina Viola. A comissão é presidida pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

COMISSÕES

Prefeito do Recife cobra pacto federativo

O prefeito do Recife e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Paulo, afirmou na quarta-feira que as grandes dificuldades pelas quais passam os municípios brasileiros só poderão ser combatidas com a realização de um pacto federativo. Tratados "como entidades de terceira categoria", os municípios fazem jus a apenas 10% dos recursos do Orçamento, enquanto os estados ficam com 20% e a União com os 70% restantes, disse João Paulo, durante audiência pública realizada na Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Criada junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a subcomissão trata de matérias relacionadas à dimensão econômica e fiscal de assuntos da esfera municipal e da articulação com o planejamento nacional.

De acordo com o presidente da FNP, o Recife tem 1,5 milhão de habitantes, dos quais 1 milhão



Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo (E) falou à Subcomissão de Assuntos Municipais, presidida por Garibaldi

vive na pobreza ou na miséria. Porém, em comparação às demais cidades pernambucanas, o Recife é um município rico, pois responde por 33% da arrecadação do estado. João Paulo destacou as transferências da União para investimentos em 2004 e os bons resultados da parceria com o governo do estado.

Os senadores Sibá Machado

(PT-AC), Roberto Saturnino (PT-RJ), César Borges (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI), Ana Júlia (PT-PA) e Delcídio Amaral (PT-MS) participaram dos debates. Ao final da reunião, João Paulo entregou ao presidente da subcomissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), documento sobre assuntos relevantes para os municípios.

Heráclito e deputados italianos discutem PPPs

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Heráclito Fortes (PFL-PI), recebeu na quinta-feira uma comissão de deputados italianos em visita ao Brasil. Durante o encontro, os parlamentares manifestaram interesse



Heráclito Fortes

em obter informações a respeito do programa de parcerias público-privadas (PPPs) – resultado de projeto de lei aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República em dezembro de 2004.

Na ocasião, Heráclito convidou os deputados italianos a participarem de um encontro internacional que será organizado pela CI e que deverá ser realizado em setembro, para tratar das PPPs. De acordo com o senador, serão convidados representantes de governos, de parlamentos e da iniciativa privada de quatro países.

– Acho interessante a participação italiana pela experiência e pelo avanço que o país tem na área das PPPs – disse Heráclito

Fortes.

Para o senador, o encontro foi muito positivo no sentido de estreitar os laços com a Itália.

– Eles vieram para mostrar o interesse de participar com investimentos em projetos a serem implementados por esse sistema. Espero que a conversa tenha desdobramentos – assegurou.

O deputado Luca Volontè, chefe da Comissão Parlamentar de Cooperação Itália-Brasil, do Parlamento italiano, comunicou o interesse em avaliar as ações que podem ser efetivadas entre os dois países e a possibilidade de atuação conjunta nas áreas de educação e cultura.

Mão Santa e Heráclito criticam governo do Piauí

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI) criticaram o governador de seu estado, Wellington Dias (PT), que pretende contratar arquitetos de São Paulo, entre eles o renomado Ruy Ohtake, para projetar um centro de convenções em Teresina, em vez de privilegiar arquitetos do próprio estado. Para Mão Santa, o Piauí conta com profissionais consagrados, e a iniciativa do governador de buscar arquitetos de fora "deve ser combatida por todos os segmentos da sociedade piauiense". Já Heráclito caracterizou a atitude do governador de "megalomania". Os parlamentares também criticaram a não liberação de recursos pelo governo federal para o estado do Piauí. Mão Santa informou que, dos R\$ 298,5 milhões previstos no Orçamento para o estado, o governo liberou apenas R\$ 64 milhões. Ele disse que votou no presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que ajudou na campanha de Wellington Dias, por ter "acreditado na esperança que o PT prometera". Heráclito lamentou o fato de, no último acordo firmado entre o Brasil e o FMI, o estado do Piauí ter sido o penúltimo a receber recursos. – O dinheiro que o governador Wellington Dias diz que vai investir no Piauí é como a linha do horizonte: você sabe que existe, mas ninguém alcança – ironizou.

Governo do Acre nega contrato com Novadata

O senador Tião Viana (PT-AC) leu em Plenário uma nota do secretário estadual de Comunicação do Acre, Aníbal Diniz, segundo a qual o governo do estado não tem conhecimento da existência do suposto contrato com a empresa Novadata, para fornecimento de microcomputadores. A informação foi divulgada na quarta-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

De acordo com a reportagem, a Novadata teria sido citada pelo ex-chefe do Departamento de Compras e Administração de Materiais dos Correios Maurício Marinho, como sendo beneficiada por um "acerto" para obter reajuste de R\$ 5,5 milhões no valor de um contrato.

Ouvida pela *Folha*, a Novadata confirmou ter recebido o reajuste e informou que os contratos com os Correios ao longo do governo Lula somaram R\$ 15,3 milhões, e que o maior teria sido firmado em outubro de 2003, para fornecimento de 3.492 microcomputadores no estado do Acre.

As declarações de Maurício Marinho sobre esquema de corrupção nos Correios motivaram parlamentares a encaminhar pedido de abertura de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar o caso.

Distribuidores pedem isenção para o álcool

Em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), presidida pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), João Pedro Gouveia Vieira Filho, solicitou ao governo federal a regulamentação do artigo 91 da Lei 10.833/03, que reduziu para zero a alíquota de PIS/Cofins incidente sobre o álcool hidratado e comercializado pelas distribuidoras.

João Pedro explicou que a lei, aprovada em 29 de dezembro de 2003, exigiu a edição de decreto para regulamentar o artigo 91, que concedeu a isenção de PIS/Cofins às distribuidoras.

– Como não foi publicado ainda o decreto, mesmo já tendo decorrido mais de um ano da aprovação da Lei 10.833/03, o artigo ainda não surtiu os efeitos. Permanece em vigor a alíquota de 8,2% incidente na distribuição e todos os seus efeitos – lamentou o presidente do Sindicom.

Entre os principais benefícios da regulamentação, de acordo com João Pedro, estariam a re-

dução significativa das fraudes e da sonegação, uma vez que os distribuidores clandestinos perderiam a oportunidade de lucrar por meio da sonegação dos tributos atualmente incidentes.

– Em São Paulo, já temos um exemplo que deu certo: a redução do ICMS do álcool hidratado de 25% para 12% trouxe como consequência a redução da informalidade e o aumento das vendas das empresas que agem com ética, sem perda de arrecadação do ICMS – informou.

Demais convidados apóiam reivindicação

Também apoiaram o pleito de eliminação tarifária o superintendente adjunto de abastecimento da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Carlos Orlando Henrique da Silva; o presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, Eduardo Pereira de Carvalho; o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco, Renato Augusto Cunha; e o presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool de Minas Gerais, Luiz Custódio Cota Martins.



Sérgio Guerra (C) preside reunião da CRA: segundo os convidados, medida incentivaria combate aos clandestinos

Ex-prefeita responde à CAE sobre o caso Reluz

Em reunião na semana passada, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (PMDB-PA), leu carta da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, em que ela responde a acusação de que, durante sua gestão, teria sido ferida

posteriormente modificada pela Resolução 19/03, e o artigo 32 da Lei Complementar 101/00, informou Romeu Tuma.

Na carta, a ex-prefeita diz que "sempre houve, no decorrer do processo de adesão do município de São Paulo, o Reluz, diligência e acatamento ao Senado". A prefeitura, segundo Marta Suplicy, enviou toda a documentação sobre o editamento e a operação de crédito para financiamento do Reluz.

Marta Suplicy disse que Senado acompanhou todo o processo do empréstimo

(Reluz). O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que a informação de que a Lei de Responsabilidade Fiscal não havia sido cumprida, nesse caso, foi enviada pelo ministro da Fazenda, Antonio Pallocci.

As operações do Reluz realizadas a partir de 5 de novembro de 2003 não foram submetidas à prévia autorização do Ministério da Fazenda. Dessa forma, a prefeitura deixou de cumprir a Resolução do Senado 43/01,

Ao final da reunião, a CAE aprovou por unanimidade o relatório do senador Aelton Freitas (PL-MG) com o pedido de arquivamento do Aviso 34 do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades no recolhimento de ICMS pela Petrobras em Mato Grosso do Sul. Aelton concluiu no relatório que não há nenhuma sanção a ser imposta ao estado por seu procedimento na compensação de débito do ICMS.

COMISSÕES

CAS reduz limite do peso carregado pelo trabalhador

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que fixa em 30 quilos o peso máximo que um empregado pode remover individualmente. A proposta (PLS 19/03), do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), recebeu substitutivo do relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), e será votada pela CAS em turno suplementar.

Crivella destaca que o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho define em 60 quilos o peso máximo que um trabalhador pode levantar. Mas hoje, salienta, as pessoas se aposentam mais tarde e homens na faixa dos 55 anos não têm condições de levantar a carga definida na CLT.



Marcelo Crivella

– Um servente da construção civil de 60 anos não tem condições de carregar um saco de cimento de 50 quilos. No campo, a colheita é condicionada em sacos de 60 quilos e os trabalhadores portuários do setor de exportação são obrigados a

levantar carga muito superior ao que o Ministério do Trabalho define e que o corpo humano pode suportar – observa.

Crivella argumenta ainda que se os trabalhadores carregarem muito peso até idade avançada terão lesões especialmente na coluna vertebral e não vão encontrar no sistema público de saúde tratamento adequado para os danos sofridos.

O senador Paulo Paim (PT-RS) ressaltou a necessidade de estender às mulheres essa conquista. Segundo ele, a legislação atual determina que a mulher não pode carregar mais do que 20 quilos, um terço do permitido ao homem. Paim sugere que esse limite seja reduzido, de forma proporcional.

O senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) avaliou que o projeto vai melhorar a qualidade de vida das pessoas e diminuir o custo previdenciário do tratamento de doenças do trabalho.

SUS poderá oferecer tratamento equoterápico

Proposta da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que inclui a equoterapia como forma de tratamento médico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. O projeto (PLS 456/03) segue agora para análise dos deputados.



Flávio Arns

A equoterapia é uma modalidade de fisioterapia em que se utiliza um conjunto de técnicas, por meio da equitação, como terapêutica auxiliar na reabilitação física e psicológica de pessoas portadoras de deficiência.

Entre os benefícios da equoterapia, Lúcia Vânia enumera o aprimoramento da coordena-

ção motora, a correção da postura e o relaxamento dos pacientes. O relator, senador Flávio Arns (PT-PR), salientou que a incorporação dessa terapia no SUS é um avanço, por garantir aos deficientes o seu direito à saúde e a sua efetiva integração social.

A exemplo dos idosos, portadores de deficiência também poderão ter prioridade, na Justiça, no julgamento das ações de que sejam parte. Projeto (PLS 216/04) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) determina essa prioridade e, em tramitação na CAS, foi elogiado pelos senadores Paulo Paim (PT-RS), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da CAS, e Flávio Arns.

Contrapartida ambiental a pneus usados em debate

Três requerimentos solicitando audiências públicas aprovados pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) visam instruir a votação do PLS 216/03, do senador Flávio Arns (PT-PR), sobre contrapartida ambiental à colocação de pneus usados no mercado interno. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) sugeriu ouvir o presidente da Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus, Paulo Fernando Moreira. Já os senadores Delcídio Amaral

(PT-MS) e Augusto Botelho (PDT-RR) pediram a presença do coordenador-geral de Controle e Qualidade Ambiental do Ibama, Márcio Rosa de Rodrigues. E o senador César Borges (PFL-BA) propôs ouvir o diretor-geral da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, Vilien José Soares.

Também foi aprovado pedido do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), para que o Tribunal de Contas da União analise as contas dos convênios firmados entre a União e o município de Bacabal (MA).



JOSÉ CRUZ

Projeto aprovado pela CAE abre prazo para aplicadores resgatarem investimentos

Dinheiro do Fundo 157 pode ir para o Tesouro Nacional

Criado em 1967 com a finalidade de alavancar o mercado de ações, o Fundo 157 – transformado em fundo mútuo de ações 17 anos depois – ainda detém R\$ 584 milhões para serem resgatados. São cerca de 3,4 milhões de cotas (em alguns casos, mais de uma por contribuinte) resultantes da aplicação de parte do Imposto de Renda.

Os investidores serão chamados a resgatar os respectivos valores, de acordo com projeto aprovado semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que agora será encaminhado à Câmara dos Deputados, caso não ocorra pedido para apreciação no Plenário.

O fundo recebeu investimentos até 1982, quando foi fechado para novas aplicações.

Aplicações estão liberadas para resgate

A partir desta segunda-feira, os investidores poderão obter informações sobre em que instituição financeira está aplicado seu Fundo 157. Com o fim das aplicações há 23 anos, muitos contribuintes não possuem mais extratos com dados dos bancos em que investiram parte do Imposto de Renda.

As informações serão dadas pela CVM, pelo serviço 0800-241616 (com o fornecimento do número do CPF), das 8h às 20h, e pelo site www.cvm.gov.br, por meio do Fale com a CVM.

Para o superintendente de Proteção e Orientação a Inves-

tores da CVM, Marcelo de Sampaio Marques, três dias de convocação em jornais é insuficiente.

– Seria preciso divulgar por rádio e televisão, de forma a atingir um número maior de pessoas – diz.

A maior parte das aplicações não passa de R\$ 50. O fundo de ações não sofre correção monetária ou juros. Houve apenas a valorização da ação e a reaplicação dos dividendos, que variaram de acordo com a instituição financeira.

No caso de instituições já liquidadas, o contribuinte também poderá saber para

as publicações, convocando os titulares a resgatar as respectivas cotas ou manifestar expressamente interesse em manter a aplicação.

– A permanência da situação atual do fundo está a propiciar a completa extinção desses recursos à guisa de custas de manutenção nas instituições bancárias, sendo os bancos os únicos beneficiários das cotas não resgatadas, por meio do abandono dos recursos – justificou o senador Saturnino.

Se aprovada a lei, essa será a segunda chamada pública para que os detentores de cotas do Fundo 157 resgatem os recursos residuais. A primeira ocorreu em 1996, por iniciativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando foram enviadas 3 milhões de cartas aos contribuintes.



ROSEWELT PINHEIRO

Roberto Saturnino quer evitar extinção completa dos resíduos do fundo

qual banco o dinheiro foi transferido.

Como localizar sua aplicação

- O contribuinte que não possui extrato do Fundo 157 e/ou não se lembra do banco em que fez a aplicação, deve procurar informações na CVM, pelo número 0800 24-1616 ou no site www.cvm.gov.br
- Em seguida, é preciso procurar a instituição financeira - munido de RG e CPF - para fazer o resgate.
- O prazo para recebimento da aplicação varia em cada instituição, sendo uma semana o período médio.

CONFLITO AGRÁRIO

Fonteles defende diálogo no campo

Convidado para falar na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra sobre violência, justiça e impunidade no campo, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, afirmou que devem ser exauridas as negociações entre produtores e trabalhadores rurais para evitar os conflitos agrários. Ele citou como exemplo de entendimento a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

– A demarcação contínua da reserva, porém com a permanência da sede de um município e a manutenção de produtores de arroz na região durante um ano, foi fruto do diálogo entre todos os envolvidos no processo.

Fonteles propõe que a inteligência policial reprima a formação de milícias armadas no campo e disse que o Ministério Público (MP) já vem atuando para dissolver

entidades formadas para defender propriedades rurais mediante contratação de pistoleiros armados, como acontece em Minas Gerais, no Paraná e no Pontal do Paranapanema (SP).

O procurador informou que o MP está apurando denúncias de venda ilegal de terras no Pará, além de montar força-tarefa para impedir o avanço predatório da fronteira agrícola na Amazônia. A comissão de inquérito, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), encaminhou ao procurador, em 2004, pedido para que a instituição apurasse denúncias de venda ilegal, por meio da Internet, de terras da Amazônia.

Questionado pelos deputados Onyx Lorenzoni (PFL-RS) e João Alfredo (PT-CE), relator da CPI da Terra, sobre como a presença de membros do MP em reintegrações de posse pode evitar conflitos

com trabalhadores rurais, Cláudio Fonteles afirmou que isso se daria com uma participação maior de promotores e juízes nas negociações.

Dorothy: federalização será julgada

Ao explicar o deslocamento de competência ocorrido no caso do assassinato de Dorothy Stang, Fonteles disse que a federalização das investigações foi pedida em vista da ineficácia do governo paraense. Ele esclareceu que o ministro Arnaldo Esteves de Lima, do Superior Tribunal de Justiça, analisa o pedido.

O procurador garantiu que não pretende transferir “o que é do estado para a Federação”. Sobre a permanência do Exército em Anapu (PA), onde vivia a missionária, Fonteles afirmou que encaminhou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, solicitação nesse sentido. A permanência foi requerida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) ao ministro da Defesa, José Alencar. Segundo Ana Júlia, a Comissão Pastoral da Terra está preocupada com as prisões que vêm ocorrendo no Pará. Ela denunciou que a polícia do estado “parece mais preocupada em investigar e prender testemunhas e trabalhadores rurais, em vez dos grileiros, os verdadeiros financiadores da violência”.



Deputado João Alfredo, senador Alvaro Dias e Cláudio Fonteles: fim da violência no campo em debate na CPI Mista da Terra

Senadores visitam área de conflito em MT

Os conflitos de terras em Mato Grosso foram tema da audiência pública que a CPI da Terra promoveu no município de Confresa na quinta-feira. Um dos principais focos de violência rural no estado, o município apresenta dato peculiar: a maior parte da população é formada por pessoas que foram assentadas por meio de reforma agrária – inclusive o prefeito.

A tensão que reina na área ganhou registro em trabalho da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, vinculada à ONU. O documento informa que grileiros ocupam ilegalmente cerca de 34 mil quilômetros quadrados do território, a maior parte pertencente à União. O relatório também acusa a Justiça estadual de favorecer, por meio

de sentenças, as ocupações ilegais na região, onde há áreas com até 16 títulos.

Há ainda denúncia de que índios, quilombolas e pequenos agricultores estariam sendo expulsos das terras onde vivem, além de serem vítimas da violência de polícias militares.

O presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), frisou que Mato Grosso possui imensas extensões de terra agricultáveis, em larga escala pertencentes à União.

– O que mais me incomoda é que o poder público tem a possibilidade de resolver parte dos

problemas, mas não consegue.

O prefeito de Confresa, Mauro Sérgio Pereira, acusou Gilberto Rezende, conhecido como Gilbertão, de ameaçar pessoas para expulsá-las de suas terras. Segundo Mauro

Pereira, a “chegada do agronegócio” foi a causa do aumento das tensões. Em reforço, o deputado federal Lino Rossi (PP-MT) declarou que “o agronegócio pode massacrar os 250 mil assentados em Mato Grosso”. Além do senador Alvaro Dias, estiveram em Confresa o relator da comissão parlamentar de inquérito, deputado João Alfredo, e os deputados Teté Bezerra (PMDB-MT) e Lino Rossi.

Depoentes associam aumento das tensões ao agronegócio

ção, mas com a justa indenização dos proprietários.

O presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), informou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, poderá comparecer à comissão, em data a ser marcada. A pedido de Osmar Dias, o ministro falará sobre recursos para investimentos, financiamento e comercialização da safra agrícola de 2005. O endividamento dos produtores rurais também será debatido.

Marina Silva fala sobre unidades ambientais

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, aceitou convite da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para participar de audiência pública sobre decreto de desapropriação de terras no Paraná e Santa Catarina para a criação de oito unidades de conservação ambiental. A audiência foi proposta por Osmar Dias (PDT-PR), que sugeriu o comparecimento da ministra à comissão antes da assinatura do decreto de

desapropriação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Osmar Dias disse que recebeu denúncia da Federação de Agricultura do Estado do Paraná sobre a situação de produtores rurais que teriam sido surpreendidos por consultas públicas para a criação das unidades de conservação no estado sem debate prévio com os proprietários das terras. Osmar Dias afirmou que concorda com a criação das áreas de preserva-



Renan recebe, ao lado de Suplicy e Sibá, documentos com reivindicações de representantes do movimento

MST pede assentamento de 430 mil famílias

Representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entregaram, na última terça-feira, dois documentos ao presidente do Senado, Renan Calheiros, com diversas reivindicações. Em um deles, os manifestantes pedem o cumprimento da meta anunciada pelo governo de assentar 430 mil famílias até 2006, conforme o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Os manifestantes solicitaram ainda a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar as dívidas brasileiras

externa e interna.

No documento intitulado “O que precisa ser feito para mudar a vida do povo”, os sem-terra pedem punição a todos os fazendeiros responsáveis pela violência contra trabalhadores rurais e a transferência, para a esfera federal, dos processos relativos aos assassinatos desses trabalhadores.

Renan disse que é preciso priorizar a pauta dos movimentos sociais, em especial a do MST, e evitar o contingenciamento de recursos destinados à reforma agrária.

Suplicy saúda marcha que reuniu trabalhadores rurais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou o MST pela marcha que reuniu cerca de 15 mil pessoas e que chegou a Brasília na última terça-feira, após mais de duas semanas de caminhada. O senador avaliou a manifestação como de “enorme relevância”.

– Eles vieram dos 27 estados da Federação e estão tendo com as autoridades dos locais

por onde passam um relacionamento exemplar – disse.

Suplicy citou alguns pontos da carta entregue a Renan, entre eles a defesa da Amazônia, definição de regras mais rigorosas para os transgênicos, punição para os que exploram o trabalho escravo, demarcação das áreas indígenas e democratização dos meios de comunicação.

POLÍTICA AGRÁRIA - Para o senador João Capiberibe (PSB-AP), o objetivo da marcha promovida pelo MST foi mostrar ao poder público a necessidade de se implantar uma política de reforma agrária no país para eliminar os conflitos, as mortes e a impunidade no campo. Ele afirmou que, nos últimos 20 anos, foram assassinados 1.385 trabalhadores, lideranças e ativistas ligados aos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária.

VIOLÊNCIA NO CAMPO - Ao apoiar a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo por não conter a violência nas cidades e no campo e disse que as promessas de campanha não estão sendo cumpridas. Mão Santa enfatizou que “a terra é de quem nela trabalha e produz” e afirmou que a zona rural não pode ser desamparada, pois “é o campo que alimenta as cidades”.

COMPROMISSOS - O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou uma síntese dos principais pontos acordados entre o presidente Lula e os líderes do MST, no encontro ocorrido durante a chegada da marcha a Brasília. Entre os compromissos citados por Sibá, estão a reestruturação e o fortalecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a doação de uma cesta básica mensal para as famílias acampadas.

MOBILIZAÇÃO - A marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reforçará o sentimento do presidente Lula no tocante à necessidade de realizar a reforma agrária. A afirmação é da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). – A marcha é pela reforma agrária. Se deixarmos essa bandeira cair, será pisoteada pelos cavalos dos latifundiários e talvez leve anos até que as novas gerações possam recomeçar a luta – afirmou.

PLENÁRIO

Arthur Virgílio critica aumento dos juros

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou na sexta-feira o aumento da taxa básica de juros (Selic) pelo governo e considerou desnecessário o reajuste do índice para 19,75% ao ano. Para ele, o percentual provocará aumento da dívida pública e comprometerá o crescimento econômico do país, com reflexos negativos para a economia nos próximos seis meses.

– Esse foi o nono reajuste da taxa de juros, conforme analistas do mercado financeiro que também consideram desnecessária a correção. O Brasil agora ocupa o primeiro lugar no ranking mundial dos juros. Em segundo lugar a Turquia, que venceu uma crise sistêmica devastadora com menos da metade dos juros praticados no Brasil. Em terceiro vem a Hungria, com uma taxa atraente de 5,3%. E a Índia com uma taxa de 0,6%. Não haveria fuga de capitais se o Brasil tivesse taxa de juros reais de 6%, de 7%



Arthur Virgílio disse temer que a atual política econômica seja orientada por marketing e incorpore "interesses eleitorais"

ou até 9% – disse o líder do PSDB no Senado.

Para Arthur Virgílio, o governo vem praticando uma política econômica ortodoxa que minimiza as ações de combate à inflação.

– A excessiva ortodoxia prejudica a geração de empregos, provoca falências, sacrifica pessoas e empresas. O governo gasta mal o dinheiro no custeio da máquina pública e demonstra que alguma coisa de grave ocorrerá nos próximos tempos – previu.

O senador manifestou desconfiança de que a atual política econômica seja orientada por marketing e incorpore "interesses eleitorais" do governo.

– Será que estão fazendo isso para favorecer a reeleição? Será que estão fazendo agora um archoço programado para depois, às vésperas das eleições, reduzir os juros que eles próprios aumentaram? Não gostaria de ver o Copom influenciado pelo Duda Mendonça – ressaltou Virgílio.

Heloísa Helena ataca política econômica

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou na sexta-feira ser possível outro modelo de política econômica que, segundo ela, não implica aprofundamento do projeto neoliberal ou desestruturação dos parques produtivos e do aparelho de Estado.

Heloísa definiu como "um crime à humanidade" a adoção pelo governo de política econômica que favorece o capital financeiro. Para a senadora, construir o superávit e a política de juros à custa da contenção do Orçamento gera danos para o cidadão que jamais serão reparados.

O modelo que Heloísa sugere inclui diminuição da dívida pública,

das taxas de juros e dos gastos públicos, além do controle de capitais.

Ela explicou que a política de aumento de juros não freia a inflação, pois quando a carga tributária sobe, as empresas tendem a repassar o aumento aos preços das mercadorias ou desempregar para manter a faixa de lucros.

Heloísa disse que é irresponsabilidade priorizar a arrecadação pública "para encher a pança dos banqueiros" em detrimento dos gastos com saúde, educação e



Heloísa Helena

segurança.

A senadora ainda conclamou os congressistas a fiscalizar a execução do Orçamento da União. Para ela, não é possível aceitar que o governo libere os recursos previstos no Orçamento de acordo com conveniências políticas.

Conforme Heloísa, em um país como o Brasil, com grande concentração de renda, não se pode esperar a economia crescer para distribuir renda. Ao contrário, é preciso distribuir riqueza para fazer a economia crescer.

Credibilidade é requisito contra inflação, diz Alvaro

Somente a credibilidade de um governo é capaz de conter, com segurança, o processo inflacionário e baixar os juros, conforme manifesto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Mas em um governo como o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde se adota a corrupção como regra, sendo complacente e cúmplice com falcas, é muito difícil se combater a elevação dos juros e conter a inflação – sentenciou.

O parlamentar também critica a propaganda que o governo

tem feito sobre o maior afluxo de capital externo para o país, o fim do monitoramento das contas nacionais pelo FMI e o crescimento econômico.

Alvaro Dias deu destaque aos aumentos frequentes da taxa de juros pelo Conselho de Política Monetária (Copom), responsável pelo aumento do ingresso de dólares, ao custo da elevação da dívida pública.

– Aumento de 0,5% nos juros significa aumento da dívida pública da ordem de R\$ 5 bilhões por ano – salientou.

Cristovam: Orçamento pode garantir salto social

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) sugeriu aos colegas que analisem o projeto do Orçamento da União de 2006, que chegará em agosto ao Congresso Nacional, com "um pé na arit-



Cristovam

mética e um pé na utopia". Com isso, afirmou, o Legislativo poderá contribuir para que o governo promova um "salto social" com os recursos já disponíveis.

Segundo Cristovam, com R\$ 40 bilhões de investimentos em setores como educação, saneamento e saúde seria possível erradicar a pobreza absoluta do país no período

de dez a 15 anos. Já em educação, observou, com R\$ 7 bilhões poderia ser estruturada uma escola pública de qualidade para todos os brasileiros.

Senadores apelam por recondução de Fonteles

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a apelar ao presidente Lula para que faça convite formal ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, no sentido de aceitar a recondução ao cargo. O mandato de Fonteles, de dois anos, termina no fim do mês de junho, e o presidente terá de escolher, a partir de lista tríplice, o nome do sucessor, a ser sabatinado no Senado.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também apelou para a permanência de Fonteles e falou sobre informações não confirmadas de que um grupo de advogados ligados ao ministro José Dirceu trabalha por outro nome. Cristovam Buarque (PT-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI) e Delcídio Amaral (PT-MS) também congratularam-se com Simon.

Presidência



ROOSEWELT PINHEIRO

Curtas

SUDENE - O presidente do Senado defendeu a rápida aprovação do projeto de lei que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A deputados e a empresários de Montes Claros (MG), ele disse que é necessária uma política industrial para desenvolver as regiões mais pobres do país.

PROGRESSO - Ao presidir a sessão de abertura da IV Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (Fipa), Renan afirmou que a América do Sul tem feito progressos admiráveis no que se refere à democracia e aos direitos humanos. Entre as iniciativas brasileiras, citou o Estatuto do Desarmamento.

Proposta com novas regras para o Orçamento

A imposição de limites para o contingenciamento ganhou apoio do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. Na reunião com líderes partidários e integrantes da comissão mista temporária encarregada de sugerir mudanças na tramitação dos orçamentos públicos federais, Renan propôs que sejam definidas as áreas que não poderão sofrer o bloqueio de recursos pelo Executivo, a exemplo do que já ocorre com as verbas orçadas para pesquisa. Essas áreas estão listadas no anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Senado abrigará Instituto Presidente João Goulart

O Senado abrigará em breve o recém-criado Instituto Presidente João Goulart (IPG), conforme promessa do presidente da Casa, Renan Calheiros, após receber em audiência a esposa do ex-presidente, Maria Tereza Goulart, e seu filho João Vicente Goulart. Renan foi convidado a integrar o Conselho de Notáveis, que será uma entidade orientadora das ações do instituto, aconselhando seus dirigentes sobre as melhores opções de pesquisas a serem realizadas. Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o memorial já conta com um esboço feito por Oscar Niemeyer.

Entidades pedem aprovação da PEC Paralela

Representantes de 65 entidades de servidores públicos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, entregaram a Renan documento em que solicitam a inclusão em pauta e apoio para o exame do texto original da PEC Paralela da

Previdência, como foi aprovado pelo Senado. "Nosso desejo é que o Senado promova sua aprovação o mais rápido, para dar tranquilidade e fazer justiça aos milhões de trabalhadores públicos no país", afirmou o diretor do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, Agnaldo Néri.

Para inserir cada vez mais o Legislativo na solução dos grandes problemas nacionais, o presidente do Senado, Renan Calheiros, inicia em junho uma série de debates sobre os temas que mais dificultam o desenvolvimento do Brasil. Essa série deverá começar com a discussão da infra-estrutura e os obstáculos que a entram.

PLENÁRIO

Alvaro pede apoio para reuniões da ONU em Curitiba

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao Senado apoio logístico a duas conferências da ONU, sobre biodiversidade e biossegurança, a serem realizadas em Curitiba em março de 2006. São esperados 6 mil representantes de 196 países e 80 chefes de Estado, disse. O senador Cristovam Buarque (PT-DF), que preside a CRE, garantiu o apoio, como o que foi dado à recente cúpula de países árabes e sul-americanos.

Valadares critica meios de comunicação

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) questionou a "demonização" promovida pelos meios de comunicação às emendas dos parlamentares ao projeto de Orçamento. Ele sustentou que essas emendas têm legitimidade, pois se destinam a atender regiões ou municípios fora dos grandes centros. Para ele, as emendas destinadas a obras de interesse local tornam o projeto orçamentário mais democrático. Para Valadares, "errado é o sistema como as emendas são executadas".

Osmar Dias quer dedução de doação para pesquisa

O senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou que apresentará, em breve, projeto que estabelece a dedução no Imposto de Renda das doações a entidades de pesquisas científicas e tecnológicas e a campanhas por doação de órgãos. Na opinião do senador, será uma espécie de "Lei Rouanet para a ciência", podendo obter verbas para institutos que, apesar da grande capacidade de seus profissionais, não dispõem de dinheiro para custear pesquisas avançadas.

Hélio Costa pede reimplantação da Sudene

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) solicitou do governo providências para a reimplantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e cobrou atenção às estradas federais. O senador disse que a região de Montes Claros (MG) deve todo seu progresso industrial à Sudene e que a região do Triângulo Mineiro está sendo prejudicada economicamente pela falta de estradas. Disse ainda esperar em breve ver a Sudene prestigiar os pequenos empresários.

Mão Santa diz que Lula está ficando isolado

A propósito da decisão do PV de se retirar da base de sustentação do governo, o senador Mão Santa (PMDB-PI) alertou o presidente Lula de que ele estaria ficando cada dia mais isolado no mundo da política. Ele lembrou que o primeiro partido a se desligar do governo foi o PDT de Brizola, seguido pelo PPS de Roberto Freire.

– Qual será o próximo partido a se afastar? Temo que, em breve, Lula dirá, como fez o presidente Collor: "Não me deixem só". Talvez ele esteja trabalhando contra a instalação da CPI justamente por temer que a história se repita. Collor permitiu a CPI e acabou caindo em função dela.

Segundo Mão Santa, o presidente Lula erra quando seu governo dá prioridade às determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos banqueiros internacionais, que



Mão Santa pergunta que partidos, depois do PV, do PDT e do PPS, ainda vão abandonar a base do governo

chamou de "parasitas do sistema capitalista". Para ele, Lula tinha obrigação de priorizar o trabalho e o trabalhador.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que todos os integrantes da chamada "tropa de choque do governo Collor" estão abrigados no governo Lula, que, em sua opinião,

lhes concedeu espaço "para continuar a parasitar o país".

Também em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que a função dos partidos de oposição, como o seu, é a de apontar os erros do governo. Ele lamentou que o presidente Lula somente esteja ouvindo "os bajuladores que o cercam".

Ideli anuncia ampliação de comércio com Japão

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse estranhar o "descompasso" entre a situação catastrófica alardeada por parlamentares opositores e a realidade da economia do Brasil: crescimento da produção de bens de capital e aumento das exportações. Ideli acredita que a reação da oposição traduz "incômodo e inconformismo com a retomada do crescimento econômico do país e os avanços da gestão petista". Ao comentar denúncias de cobrança de propina por funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Ideli disse que a corrupção é "combatida com vigor pelo governo". A senadora falou também de sua recente viagem ao Japão e adiantou que há expectativa de ampliação de relações comerciais entre Brasil e Japão, alinhados na proposta de reformulação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ideli vê críticas da oposição como incômodo pelo crescimento do país com Lula

Suplicy nega que governo incentive a prostituição

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) rebateu a acusação do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), de que o governo incentivaria a prostituição, pelo fato de o Ministério do Trabalho incluir "profissionais do sexo" na lista da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Suplicy argumentou que a inclusão foi feita em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas que ela é útil para que o IBGE possa quantificar e definir as profissões dos brasileiros.

O senador também explicou que, durante a Marcha pela Reforma Agrária, realizada pelo MST na Esplanada dos Ministérios, os manifestantes sentiram-se provocados pela presença da cavalaria e de um helicóptero da polícia, mas que o problema foi contornado com o seu apoio e o de alguns deputados federais. Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu apuração das denúncias de não-prestação de contas contra Sérgio Rosa, presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), feitas pelo conselheiro da Previ, Valmir Marques Camilo.

Lúcia Vânia cobra criação de empregos prometidos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o não cumprimento da promessa de criação de 10 milhões de empregos que o presidente Lula teria feito quando candidato ao cargo. O ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, segundo a senadora estaria ressuscitando a promessa do presidente, que seria meta impossível "diante da redução do crescimento de 5% para 3,5%".

– A afirmativa do ministro soa como nova promessa de campanha, visando as eleições de 2006 – disse.

Lúcia Vânia comentou que o governo, por meio de assessores e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, apontava os 10 milhões de empregos como um número referencial, sem compromisso quanto à abertura dessas vagas, nem com que os empregos fossem com carteira assinada. Ao comparar as declarações dos ministros com a Carta Aberta aos Brasileiros, divulgada em 2002 pelo então candidato Lula – na qual ele dizia que criar empregos seria para ele uma obsessão –, Lúcia Vânia concluiu que o governo é "ufanista e sem compromisso com suas promessas".

Tião Viana reivindica recursos para o IBGE

O senador Tião Viana (PT-AC) chamou a atenção do governo para a importância das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre elas, a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (Pnad) e

a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que podem não ser realizadas caso os recursos não sejam liberados até julho. Os R\$ 8 milhões necessários para a realização dessas pesquisas periódicas em 50 mil domicílios do país foram suspensos pelo governo federal. – Com os dados levantados pelo IBGE o governo tem o instrumento correto para conhecer bem o Brasil, planejar com cuidado as políticas públicas e transferir recursos de forma mais adequada. Essas pesquisas não podem sofrer restrições orçamentárias – disse Tião Viana.



Tião Viana

Aelton Freitas quer revitalização do São Francisco

O senador Aelton Freitas (PL-MG) disse que, se o governo federal não enfrentar o problema de revitalizar o rio São Francisco, a propaganda em torno da transposição de parte de suas águas vai contribuir para uma degradação ainda maior do semi-árido brasileiro.

– Essa transposição poderá entrar na triste lista de projetos megalomânicos que tiveram como principal resultado o desperdício absurdo e inconseqüente de recursos públicos – alertou o senador mineiro.

Suassuna faz doação a Programa do Biodiesel

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) comemorou três acontecimentos que considera importantes para a Paraíba: o lançamento do edital de licitação para as obras de transposição do rio São Francisco, o edital para a duplicação da BR-101 e o início da implementação do Programa do Biodiesel no estado. Suassuna declarou ter doado 10 toneladas de semente de mamona no município de São Domingos do Cariri para o início do Programa do Biodiesel.

Nezinho: energia elétrica atrai investidores

O senador Nezinho Alencar (PSB-TO) ressaltou que a produção de energia elétrica no Tocantins é um fator de atração de investimentos e de novas atividades econômicas para o estado. Além de serem uma base de sustentação para o desenvolvimento econômico, as usinas e o complexo de transmissão de energia geram empregos e renda. Nezinho também ressaltou a previsão de que Tocantins passará a contar, nos próximos anos, com 40 mil novos estabelecimentos rurais ligados à rede de energia elétrica.

Ana Júlia defende investimentos para os portos do Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu ações de desenvolvimento na área portuária de seu estado, com investimentos na ampliação e modernização dos portos de Belém, Santarém e Vila do Conde, e dos terminais de Miramar e Sotave. Segundo ela, o Poder Executivo já previu repasse de R\$ 6 milhões; a Companhia das Docas do Pará disponibiliza R\$ 20,465 milhões, e emenda para 2005 aprovada pelo Congresso destina mais R\$ 25,945 milhões para esse fim.

PLENÁRIO

Senadores condenam reserva florestal em SC

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) voltou a expressar suas preocupações com a criação de unidades de conservação nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Essas áreas, explicou, serão destinadas à preservação de florestas de araucárias e somam 540 mil hectares, mas podem prejudicar os produtores rurais que vivem e produzem nessas terras.

– Os agricultores foram totalmente esquecidos, e o senador Alvaro Dias colocou isso com muita propriedade ao destacar a apreensão dessas pessoas no discurso que fez neste Plenário – afirmou.

A unidade de conservação é um espaço territorial ao qual se atribuem “características naturais relevantes”. É instituída pelo poder público justamente para que se adotem procedimentos de proteção que

conservem tais características.

Para Bornhausen, é necessário realizar um inventário florestal em Santa Catarina e debater com os produtores rurais a criação de áreas de preservação. Do modo como está prevista, observou, a criação das áreas poderá prejudicar “milhares de agricultores”. Segundo observou, “se

o governo cometer essa irresponsabilidade”, ele e o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) entrarão com um decreto legislativo para suspender qualquer medida.

– Faço um apelo ao Ministério do Meio Ambiente e ao próprio presidente da República para que não se precipitem ao criar essas unidades de conservação, sob pena de prejudicar famílias catarinenses – ressaltou.



“Agricultores foram totalmente esquecidos”, lamenta Bornhausen

O senador Osmar Dias (PDT-PR) também criticou a forma como o governo federal vem conduzindo a questão. Ele afirmou que o processo está “levando ao desespero os proprietários rurais da região” e pediu que o presidente Lula adie a assinatura do decreto que cria as unidades de conservação, para que haja tempo para os debates.

Serys: desmatamento em Mato Grosso é “um horror”

O desmatamento em Mato Grosso foi criticado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que responsabilizou o governador do estado, Blairo Maggi. Ela citou levantamento mostrando que, entre 2003 e 2004, foram desmatados 26.140 mil quilômetros quadrados, representando um aumento de 6% em relação ao período 2002/2003.

– A expectativa era de que houvesse aumento de 2% da taxa de desmatamento, segundo previsões do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mas, se cinco dos sete estados da Amazônia reduziram o desmatamento, em Mato Grosso e Rondônia houve aumento de 20% e 23%, respectivamente. Um verdadeiro horror! – protestou.

A senadora identificou como “inimigo das florestas e destruidor da natureza em nosso país” o próprio governador Blairo Maggi, o maior produtor individual de soja do mundo.

Ainda em seu pronunciamento, Serys elogiou a iniciativa da Petrobras, que está finalizando estudos para implantar separadora de gás no Centro-Oeste para aproveitar o gás natural importado da Bolívia na produção de uréia e amônia.

Grilagem destrói a Amazônia, afirma Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) culpou a grilagem de terras pelo aumento nos números do desmatamento. Os dados, levantados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram grande ampliação da devastação da Amazônia.

– Infelizmente, a grilagem tem contribuído para o desmatamento irregular da Amazônia. É de

um profissionalismo que chega a impressionar. Essas pessoas têm vasto conhecimento cartorial, além de amplo conhecimento tecnológico. Além disso, têm a seu favor o poder do crime organizado – afirmou ele, lembrando que o derramamento de sangue na região continua.

Sibá comemorou, no entanto, o fato de alguns estados terem

reduzido o desmatamento, como Tocantins, Maranhão, Amazonas, Pará e Acre. Ele saudou o trabalho da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Também parabenizou os empresários que têm investido no desenvolvimento sustentável da Amazônia e a Polícia Federal que atua na região.

Capiberibe alerta para destruição da floresta

Ao comentar dados sobre o desmatamento da Amazônia, o senador João Capiberibe (PSB-AP) criticou o governo por permitir que seus bancos financiem projetos de pecuária na região. “O agronegócio brasileiro e a pecuária avançaram no mesmo ritmo que os desmatamentos. Só o Banco

da Amazônia emprestou R\$ 707 milhões para projetos de pecuária bovina.”

– A soja está chegando ao coração da nossa floresta amazônica. A conversão direta da floresta em pastagem também continua crescendo de forma preocupante – alertou o senador.

Conforme ele, há quatro anos

o plantio de soja ocupava 13,9 mil hectares da região e hoje chega a quase 19 mil hectares. O rebanho bovino passou de 24,5 milhões de cabeças, em 2002, para 27 milhões, hoje.

Capiberibe voltou a defender a implantação de projetos de exploração sustentada da Amazônia.

Cristovam: corrupção impacienta o povo

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse na quinta-feira que “é preciso ouvir o aviso que vem das ruas” de países como Bolívia, Equador e Argentina. Segundo o senador, esse aviso é o de que “o povo não espera eternamente diante do *show* democrático dos políticos se não houver mudanças concretas nas condições de vida deste povo”.

Para a preservação da democracia, observou, o governo necessita cumprir algumas condições, como a defesa da honestidade.

– A corrupção não apenas deteriora o governo, mas transforma a impaciência do povo em rebeldia e a rebeldia em revolução – alertou Cristovam.

Para Mozarildo, Roraima está sob “intervenção branca”

As ações do governo federal em Roraima para demarcação de áreas indígenas receberam críticas do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O parlamentar informou que entrou com ação no STF para que a Justiça obrigue o governo a cumprir dispositivo constitucional, estabelecido quando da transformação do território em estado, segundo o qual Roraima teria os mesmos limites do então território. Para Mozarildo, Roraima está sob uma “intervenção branca”.

Lobão comemora tratado entre Brasil e Ucrânia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) comemorou na terça-feira a publicação, no *Diário Oficial* da União, do decreto presidencial que promulga o tratado entre Brasil e Ucrânia para cooperação na utilização de veículos lançadores de satélites e do Centro de Lançamento de Alcântara. O parlamentar reclamou da falta de recursos para o programa espacial brasileiro, defendendo parcerias do Brasil com outros países para o uso da base.

Maguito destaca ações de combate à fome

Os líderes mundiais parecem ter começado a destinar tempo, atenção e alguns recursos para o combate à fome. A opinião é do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que comentou entrevista do economista norte-americano Jeffrey Sachs à revista *Veja*.

– Por obra do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, a fome chegou a ser um dos principais temas discutidos no Fórum Econômico Mundial, na Suíça. Da mesma forma, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem multiplicado suas ações, seja trabalhando para sensibilizar as grandes potências, seja financiando estudos que apontem soluções inteligentes e factíveis – disse ele.

Paim repudia agressão de jovens nazistas a judeus

O senador Paulo Paim (PT-RS) repudiou a agressão sofrida por estudantes judeus durante ato pela passagem dos 60 anos do fim da 2ª Guerra Mundial, em Porto Alegre. Os estudantes foram agredidos por um grupo que se autodenomina neonazista.

Paim também repudiou declaração de cunho racista do presidente do México, Vicente Fox, e cobrou urgência na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Tourinho defende implantação da Timemania

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu emenda de sua autoria à Medida Provisória 249/05 que instituiu a Timemania, loteria de âmbito federal que tem por objetivo equacionar os débitos dos principais clubes de futebol com à União. Na emenda, o senador sugere que o Ministério Público acompanhe as atividades desenvolvidas pelas agremiações, “devido à enorme importância que a atividade futebolística tem no cotidiano de grande parte dos brasileiros”.

Maciel registra os 90 anos da Faculdade de Medicina da UFPE

Os 90 anos de fundação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), celebrados em 5 de abril, foram lembrados por Marco Maciel (PFL-PE), que elogiou o Pólo Médico do Recife. Torcedor do Santa Cruz, Maciel também homenageou o Sport Club Recife pela passagem do seu primeiro centenário, comemorado em 13 de maio. Ele saudou a torcida, a diretoria e os funcionários do clube.

Almeida Lima faz homenagem à TV Atalaia

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) prestou homenagem à TV Atalaia, integrante do Sistema Atalaia de Comunicações de Sergipe, que completou 30 anos de atividades na última terça-feira. No pronunciamento, ele saudou proprietários, dirigentes e funcionários da instituição. O senador destacou os relevantes serviços que o sistema de comunicações tem prestado ao estado e ao povo sergipano.

Voz do Leitor

HABITAÇÃO

“Senador Eduardo Azeredo, não concordo com o programa de crédito para moradia proposto pelo governo federal, que concede empréstimos aos que ganham a partir de R\$ 1.500. Na minha opinião, quem deveria conseguir esse tipo de crédito são os que ganham salário mínimo.”
Jason Domingos Lopes Barbosa, de Ribeirão das Neves (MG)

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

“É uma vergonha ouvir anúncios no rádio e na televisão sobre a verdadeira armadilha que é o empréstimo para os aposentados e pensionistas, induzindo o idoso, que geralmente recebe benefícios baixos, a contratar financiamentos com desconto no contracheque. Com as inúmeras taxas cobradas, a prestação sobe consideravelmente, tornando o financiamento desvantajoso. O governo quer mostrar que o Brasil está crescendo, mesmo que às custas do endividamento dos idosos. Na minha opinião, isso ocorre porque os aposentados são praticamente os únicos brasileiros que possuem renda garantida todos os

meses. Aonde o governo federal quer chegar?”

Roberto Fernandes de Carvalho, de São Paulo (SP)

ESTRANGEIROS

“Manifesto minha indignação com a ocupação de postos de trabalho por estrangeiros, uma vez que os brasileiros recebem tratamento desumano no exterior. O Brasil deveria criar soluções para impedir a entrada desordenada dos estrangeiros.”

Faride Mirim, de Divinópolis (MG)

ANENCEFALIA

“Senador Flávio Arns, concordo com o posicionamento do senhor quanto à interrupção da gestação de fetos anencéfalos. Sou contra o aborto em quaisquer outras situações, mas esses casos são uma exceção, e quem deve decidir são os próprios pais. Somente quem passa por essa situação sabe o quanto sofre quem sabe que seu filho poderá nascer apenas para agonizar por algum tempo. Devemos ouvir pessoas que já passaram por isso antes de decidir quanto à legalização do aborto nesses casos.”

José Genildo de Farias, de Aracaju (SE)

PESSOAS DESAPARECIDAS

A Cruz Vermelha Brasileira informa aos leitores do **Jornal do Senado** que está procurando: Bogdan Leszczyj (nascido na Polônia, em 1948); Justyna Zwislo Turtschyn (Ucrânia, 1921); Merlanie Kulitsch (Rússia, 1921); Andrzej Reyman (Polônia, 1919); familiares de Nikolaj Karpowitsch (Ucrânia, 1911); e familiares de Nikolaj Lipar (Polônia, 1897). Quem tiver qualquer informação sobre essas pessoas pode entrar em contato com o Serviço de Busca de Paraleiro da entidade pelos telefones (21) 2221-0658 e (21) 2507-1594, ramal 27; pelo serviço 24 horas (21) 3303-4907; ou pelo e-mail tracingbrazil@yahoo.com.br, a/c de Amarante. O site é www.buscadeparaleiro.blogspot.com.br.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Ao lado de parlamentares e representantes da sociedade civil, o presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou na quinta-feira a Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas. A proposta do grupo é contribuir para a formação de uma cultura de paz e lutar pela aprovação final do projeto que regulamenta o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil, já acolhido no Senado



ANTÔNIO CRUZ/ABR

Pergunte ao Senador

PRIVATIZAÇÃO DA TELEFONIA

Vladimir Paiva da Silva, de Maringá (PR)

“Senador Alvaro Dias, quem vai pagar pelas concessões da privatização dos serviços de telefonia? O governo transformou as linhas telefônicas em ações deflacionárias. Considero que, com isso, os antigos donos das linhas foram prejudicados.”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

Senhor Vladimir, o tema objeto da pergunta é bastante complexo. Uma breve retrospectiva sobre alguns pontos do questionamento se faz necessária.

Durante o período em que as telecomunicações eram estatais, o sistema Telebrás financiava suas expansões por meio da venda de ações das operadoras controladas (ou da própria holding) às pessoas que contratavam o direito de uso de uma linha telefônica. Esse autofinanciamento era também denominado Participação Financeira. Naquele contexto, o governo decidiu maximizar o valor de venda de sua posição acionária na Telebrás. Sendo assim, decidiu, em maio de 1998, efetivar a cisão da empresa em 12 novas companhias holdings, além da própria Telebrás, que conservou um patrimônio residual de cerca de 1% do original. Quem adquiriu, entre 1975 e 1995, linha telefônica em plano de expansão de quaisquer das companhias de telefonia fixa tem direito a ações da Telebrás. Para cada ação antiga, o acionista recebeu 12 novas ações, uma para cada nova holding resultante da cisão. Vale ressaltar que, se a compra foi anterior a 1975, ou no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, o usuário recebeu ações da respectiva controlada estadual. Vou exemplificar: se a aquisição foi realizada no sistema de autofinanciamento no Paraná, foram geradas ações da Brasil Telecom S.A., e não da Brasil Telecom Participações S.A. É importante destacar ainda que, após o leilão de privatização, e tendo sido feito o registro das 12 novas empresas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nas bolsas, os acionistas da Telebrás receberam as ações ordinárias e preferenciais a que tinham direito. As novas ações foram creditadas automaticamente em nome deles. Naquele momento, os preços individuais para as ações de cada uma das companhias passaram a ser formados pelo mercado, refletindo a avaliação e o interesse do mercado em cada uma delas. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) criou o Recibo de Carteira Seleccionada de Ações Telebrás (RCTB), o qual permitia a negociação das ações em bloco.

Em complementação aos mercados individuais dos papéis de cada nova empresa, o recibo da Telebrás tornou-se o equivalente às ações da antiga holding. Quem adquiriu linhas telefônicas de terceiros por ocasião do plano de expansão não tem ações da Telebrás. Possuem-nas somente aqueles que adquiriram o plano diretamente de uma empresa do Sistema Telebrás ou por transferência de outro acionista.

Portanto, os preços aviltantes que se pagavam por uma linha telefônica no mercado secundário, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, resultavam da “lei da oferta e da procura”, e a maior parcela do preço era apropriada pelos intermediários. Os que adquiriram plano de expansão a partir de expansão de 1º de julho de 1997 não mais tiveram direito a ações, já que o sistema de Participação Financeira (autofinanciamento) deixou de ser utilizado. Por fim, hoje, as ações provenientes de planos de expansão rendem dividendos anualmente, ficando sua distribuição dependente de decisões tomadas pelas assembleias gerais de cada holding.



Frases

“É preciso ouvir o aviso que vem das ruas de países como Bolívia, Equador e Argentina”

Cristovam Buarque, advertindo que o povo não espera eternamente diante do *show* democrático dos políticos se não houver mudanças concretas nas condições da realidade de vida da população.

“Com as investigações de uma CPI poderemos dizer, então, que dessa lama eu não participo”

Almeida Lima, que defendeu a participação do Congresso Nacional nas investigações sobre os indícios de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

“A intenção da oposição é destronar o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ele ser uma pessoa humilde e popular”

Sibá Machado, referindo-se à proposta de instalação de CPI para investigar denúncia de corrupção na ECT.

“São manifestações antidemocráticas. O país vive um Estado de direito, uma plena liberdade de manifestação e de opinião, e as instituições democráticas funcionam com toda a plenitude”

Aloizio Mercadante, criticando o “exagero” nos discursos de senadores da oposição que defenderam a instalação da CPI dos Correios.

“Essas declarações são uma malvadeza; uma maldade daqueles que estão com saudades do poder”

Ideli Salvatti, que disse ter estranhado o descompasso entre a situação catastrófica alardeada por parlamentares oposicionistas e a realidade retratada pelos números da economia brasileira.

“É mais fácil o sargento Garcia prender o Zorro do que eu retirar minha assinatura de qualquer documento”

Alvaro Dias, garantindo que não foi ele o parlamentar que retirou o apoio à instalação da CPI dos Correios.

“A guerra está instalada. Chegou-me a notícia de que 2 mil pessoas invadiram a Assembléia Legislativa. Peço ao Senado que ajude Rondônia a conter a crise”

Valdir Raupp, sobre a crise institucional em Rondônia, causada pela divulgação de vídeo em que deputados aparecem pedindo propina ao governador Ivo Cassol.

Controle de e-mails em debate

Na última semana, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tomou uma decisão bastante polêmica: concedeu ao empregador o direito de rastrear o e-mail de trabalho dos empregados para obter provas que justifiquem demissão por justa causa. A decisão do TST e a "etiqueta" do uso do correio eletrônico corporativo são os assuntos do programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado apresenta na segunda, às 12h.

O processo analisado pelo TST trata da demissão de um funcionário da HSBC Seguros, depois que a empresa tomou conhecimento da utilização do correio corporativo para envio de fotos de mulheres nuas aos colegas.

"O empregador pode exercer, de forma moderada, generaliza-



ção da Rádio Senado podem ser obtidas pelo site www.senado.gov.br/radio.

da e impessoal, o controle sobre as mensagens enviadas e recebidas pela caixa de e-mail por ele fornecida, estritamente para evitar abusos", disse o relator do caso, ministro João Oreste Dalazen.

A Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical já se manifestaram contrárias à interpretação dada pelo TST. Para

discutir as conseqüências dessa decisão para os trabalhadores e para a legislação brasileira, o *Conexão Senado* promove debate sobre o tema com a participação de convidados e dos ouvintes. As perguntas podem ser feitas pelo endereço conexao@senado.gov.br, pelo telefone 311-1261 ou pelo fax 311-2777.

Informações sobre a programa-

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Mais de um século de dúvidas sobre a unidade americana

SYLVIO GUEDES

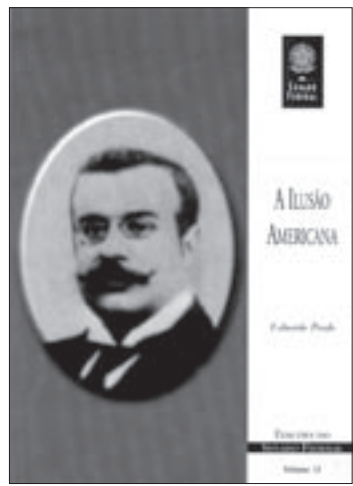
A fraternidade americana é uma mentira. Os norte-americanos não são parceiros confiáveis. Eles baseiam sua política externa e prática diplomática na construção de uma hegemonia sobre o continente. É o que alertava – em 1893! – o intelectual monarquista e membro fundador da Academia Brasileira de Letras Eduardo Prado. Em sua polêmica obra *A Ilusão Americana*, apreendida por ordem da ainda jovem República brasileira de Floriano Peixoto, Prado mostra que seria um ferrenho adversário da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e da globalização, vendo na primeira uma artimanha de Washington para engolfar os vizinhos e na segunda uma submissão aos interesses externos.

Prado era aristocrata, filho de uma das famílias mais ricas de São Paulo. Para ele, a República era um erro. À sua maneira, porém, foi um patriota, ainda que preferisse ver a pátria liderada por um rei ou imperador, jamais por um presidente escolhido pelo voto popular.

Com exemplos de como os políticos ianques não estavam bem-intencionados em relação ao Brasil e às demais nações latino-americanas, *A Ilusão Americana* é profundamente

pessimista sobre a sonhada unidade da América Latina. Prado relata conflitos armados entre os países para provar que, assim como vizinhança não significa necessariamente amizade, tampouco partilhar o mesmo hemisfério deve ser norma para que um país adote o modelo político de outro.

A segunda edição foi publicada em Paris, em 1896. Cinco outras edições brasileiras se sucederam antes da que agora o Senado oferece aos leitores, sendo a mais recente em 2000, prefaciada pelo então deputado federal e hoje ministro da Coordenação Política Aldo Rebelo. Para ele, o livro guarda atualidade por tratar "da ilusão de resolver os graves problemas nacionais a partir da ajuda dos EUA".



Sylvio Guedes é repórter e editor do *Jornal do Senado*. *A Ilusão Americana*, de Eduardo Prado, é o 11º volume da coleção *Edições do Senado Federal*, publicada pela Subsecretaria de Edições Técnicas. Informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

INTERLEGIS

Senado realiza primeiro censo do Legislativo

Com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Senado, por meio da Secretaria Especial do Programa Interlegis, vai realizar o 1º Censo do Legislativo Brasileiro. Na última quinta-feira o projeto foi lançado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, o 1º secretário da Mesa e diretor nacional do Interlegis, senador Efraim Moraes (PFL-PB), e o diretor-geral, Agaciél da Silva Maia.

Efraim disse que os dados do censo comporão "o documento mais completo sobre a história do Legislativo brasileiro" à disposição do público.

Renan avaliou que o censo dará base para aperfeiçoar o Legislativo e destacou ainda a importância de a execução ser do Interlegis, programa que desperta a atenção de países como Chile e México, que estudam a implantação do modelo de interligação do Legislativo criado pelo Senado. Agaciél Maia previu que o banco de dados incrementará as áreas de treinamento e de comunicação da instituição.



Efraim Moraes (E), Renan Calheiros, presidente do Senado, e Agaciél Maia anunciam o primeiro censo sobre o Legislativo

As informações do censo serão coletadas de junho a agosto de 2005 nas 5.562 câmaras municipais, 26 assembleias legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Senado e Câmara dos Deputados. Os pesquisadores vão coletar dados sobre infra-estrutura física e tecnológica das casas, quadro humano e parlamentar, migração partidária, produção legislativa e capacidade financeira, entre outros. De acordo com

Telma Venturelli, coordenadora de pesquisa do Interlegis, a metodologia, aprovada por professores e técnicos da Universidade de Brasília, é uma adaptação da utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), "a mesma usada para a realização do Censo Escolar". A prévia do resultado será divulgada em setembro e os dados completos, em novembro.

Doação de livros em braile na bienal do Rio

Presidente do Conselho Editorial do Senado, José Sarney (PMDB-AP) entregou na sexta-feira, no estande da Casa na XII Bienal do Livro do Rio de Janeiro, coleções em braile para instituições fluminenses de apoio a deficientes visuais. Na

quinta-feira, Romeu Tuma (PFL-SP) esteve no estande e falou da importância de o Senado participar de eventos literários.

Entre as obras levadas pelo Senado à bienal está a coletânea com histórias em quadrinhos de Angelo Agostini, algumas

publicadas no fim do século 19. Considerado o pai dos quadrinhos no Brasil, Agostini retrata costumes, critica o poder imperial e defende o abolicionismo. A coletânea, em álbum de luxo, foi organizada pelo jornalista Athos Eichler Cardoso.

Conheça o Senado

Acervo de obras raras reúne documentos e edições históricas

Além de uma coleção rica na área de Ciências Humanas, a Biblioteca do Senado disponibiliza para a população cerca de 4 mil obras raras, que vão de registros históricos do período das grandes navegações, no século 17, às primeiras edições de romances e de textos políticos importantes, como a primeira Constituição republicana, de 1891.

O item mais antigo é o livro *Novus Orbis*, publicado em 1633 pelo geógrafo flamengo Joannes de Laet, que descreve as Índias Ocidentais, região de fundamental importância econômica na época. Outra curiosidade é a coleção *Flora Brasiliensis*, de 1842. A publicação do botânico alemão Karl von Martius é

um catálogo de mais de 8 mil espécies de plantas, resultado de uma viagem do cientista por quase três anos pelo interior do país. De acordo com o Centro de Documentação da Universidade de Brasília (UnB), só existem duas dessas coleções completas, uma na Biblioteca do Senado e outra na Áustria.

O acervo também inclui a primeira edição de *Dom Casmurro*, romance de Machado de Assis impresso em 1878. Trata-se de uma das principais obras do escritor, responsável pela projeção internacional do romancista. Outra raridade de Machado é a poesia manuscrita "O Casamento do Diabo", texto até hoje inédito.

Os livros são armazenados sob condi-



Novus Orbis, publicada em 1633, é a obra mais antiga da Biblioteca do Senado

ções especiais de temperatura e umidade, para retardar o processo de envelhecimento. Em 2003, a Casa firmou convênio

com a UnB para restauração do acervo. Algumas obras já foram restauradas, mas o trabalho deve ser concluído em 2008.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valtter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Conheça as regras da telefonia fixa

Nesta edição, conheça os principais direitos dos usuários de telefonia fixa. Em casos de desrespeito, reclame junto à operadora. Se não resolver, denuncie à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou ao Procon de sua região. Conheça também os projetos de lei sobre o assunto que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados, em especial os que propõem o fim da cobrança da assinatura básica. Na próxima edição, o *Especial Cidadania* vai tratar dos direitos dos usuários de telefone móvel.

Principais direitos dos usuários

► **Instalação de linha** – Escolhida a operadora, há um prazo, geralmente de até duas semanas, para a instalação da linha. Nessa ocasião, o técnico deve levar o contrato de serviços da operadora escolhida. Após assiná-lo, o usuário tem direito a uma cópia do contrato, do qual deve constar o valor da taxa de instalação, cobrado, geralmente, na primeira conta.

► **Cobrança por minutos** – Pulso é o nome dado aos intervalos de tempo das ligações telefônicas. Tarifa é o preço cobrado de acordo com o tipo da ligação (local, interurbana, internacional, para telefone fixo ou para móvel) e o horário. A partir de 2006, todas as empresas só poderão contar as ligações por minutos.

► **Assinatura básica** – É o valor pago para garantir o direito ao funcionamento contínuo da linha telefônica. Há nela uma franquia de 100 pulsos para consumidores residenciais e 90 para os não residenciais. Custa entre R\$ 33 e R\$ 40. Hoje, 30% dos assinantes no Brasil só pagam esse valor mínimo.

► **Cobrança indevida** – Ca-

so o assinante desconfie de erros na sua conta, como pulsos em excesso e interurbanos ou chamadas internacionais não realizados, deve pedir a conta discriminada, com o número discado e a duração de cada ligação, para conferência. O usuário tem 120 dias para reclamar de ligações não realizadas que constem na conta. A cobrança só pode ocorrer se a operadora provar que elas foram feitas da linha do reclamante. O dono da linha deve pagar pelo restante das ligações para não ter seu telefone bloqueado. Caso a conta tenha sido integralmente paga e a operadora reconheça o erro, os valores pagos a mais devem ser restituídos em trinta dias, de preferência como desconto na conta seguinte.

► **Atraso no pagamento** – A operadora deve avisar o usuário, até o 15º dia após o vencimento da conta, que o não pagamento implicará, após 30 dias de atraso, bloqueio da linha para fazer chamadas; após 60 dias, bloqueio do recebimento de ligações e, após 90 dias, cancelamento da linha.

► **Reclamações** – Caso a linha apresente ruídos, cruzamento de chamadas ou o telefone fique mudo, o usuário deve registrar sua reclamação junto à prestadora, anotar o número do registro e aguardar o prazo de conserto, que pode chegar a 48 horas, dependendo da linha e do problema.

► **Opcionais** – A operadora não pode cobrar por serviços não previstos no contrato sem ter consultado previamente o usuário, ou se, ao consultá-lo, os ser-

viços forem recusados.

► **Cancelamento** – O cancelamento do contrato não pode ser cobrado e o desligamento deve ocorrer em até 24 horas a partir do pedido. O cancelamento não impede a empresa de exigir, por vias legais, o pagamento das contas atrasadas.

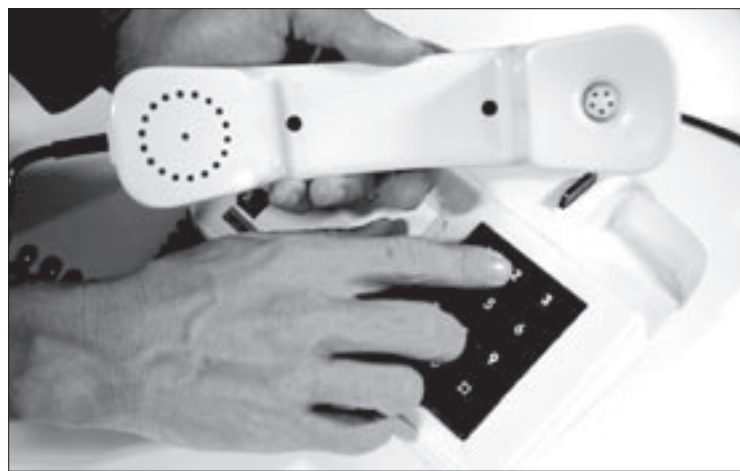
► **Auxílio à lista** – O serviço 102 deve ser gratuito para consulta dos números locais não constantes da lista telefônica que a empresa fornecer, dos de outras localidades e dos publicados com erro.



A Anatel fiscalizou 1.220 orelhões em março e mais da metade tinha irregularidades

► **Orelhões** – Além das ligações para o serviço 102, aquelas para serviços de utilidade pública podem ser feitas gratuitamente. Os cartões telefônicos devem funcionar em qualquer orelhão do país, não importando a operadora que o emite. Onde houver linha telefônica, a instalação de orelhão adaptado para deficientes físicos deve ser feita em até uma semana, se solicitada para localidade onde ainda não tenha nenhum.

Fonte: Procon-DF, Comissão de Direitos do Consumidor da Câmara Legislativa do DF e Núcleo de Estudos do Direito do Consumidor Unicomb



Só em abril, a Anatel recebeu 18.908 reclamações de usuários de telefonia fixa. Quase 30% foram sobre a cobrança do serviço

Projetos de lei determinam fim da assinatura básica

O projeto de lei (PLS 91/04) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CLP) do Senado propõe vedar a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico e que o consumidor pague apenas pelos pulsos que usar. O PLS partiu de uma sugestão popular e, no momento, encontra-se na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para manifestação quanto ao mérito.

Com o mesmo objetivo, o deputado Marcelo Teixeira (PMDB-CE) apresentou o Projeto de Lei da Câmara 5.476/01, atualmente na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara, aguardando a criação de uma comissão especial para analisar o assunto. O projeto, já aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor, tramita em conjunto com mais oito propostas sobre o assunto.

A Anatel já enviou parecer oficial ao Congresso Nacional manifestando-se contra o fim da assinatura básica em razão da necessidade de compensação. Segundo o parecer da agência, caso a assinatura seja extinta, deverá ocorrer um realinhamento tarifário e um aumento no valor dos cartões de orelhão, para equilibrar a receita das empresas. Cerca de 40% do faturamento do setor vêm da assinatura básica.

Cobrança na Justiça

Além da possibilidade de o Congresso extinguir a assinatura básica, sua cobrança vem sendo contestada na Justiça.

Desde 2000, foram propostas ações coletivas por entidades de defesa do consumidor e pelo Ministério Público em cerca de 60 varas das justiças estadual e federal, e mais cerca de 80 mil ações propostas individualmente por assinantes nos juizados especiais ou na Justiça estadual. A Anatel, alegando o risco de decisões contraditórias sobre o mesmo assunto, ingressou com um conflito de competência no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, em janeiro, o STJ decidiu centralizar na 2ª Vara Federal do DF todas as ações coletivas sobre assinatura básica. Em março e abril, o tribunal concentrou no mesmo foro também as ações individuais contra a cobrança da tarifa por quatro das empresas que operam no país, por solicitação dessas operadoras. O STJ decidiu ainda que os processos fiquem sobrestados (suspensos), e que as questões urgentes sobre o tema passem a ser resolvidas também pela 2ª Vara Federal do DF.

Valores e impostos

De 1995 a 1999, a assinatura básica era R\$ 0,66. Com a privatização, subiu para R\$ 10 e os aumentos tornaram-se anuais. Hoje, 39,5 milhões de assinantes pagam cerca de R\$ 36,35 por ela, ou seja, a questão envolve cerca de R\$ 1,4 bilhão por mês.

Sobre a assinatura básica e o restante da conta ainda incidem impostos como o ICMS estadual (alíquotas de 25% a 35%) e os tributos federais Cofins (3%) e PIS (0,65%).

Campanha

Se quiser apoiar os projetos de lei 91/04, do Senado, e 5.476/01, da Câmara, pelo fim da assinatura básica, o usuário pode aderir à campanha "Caladão", do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que desde julho de 2004 contabiliza mais de 16 mil e-mails enviados pelo seu site a parlamentares, operadoras e Anatel. A campanha inclui ainda um boicote às quintas-feiras, quando os participantes tiram o telefone do gancho das 12 às 13h.

Informações

Ministério das Comunicações
Tel.: (61) 311-6000
www.mc.gov.br

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
Tel.: 0800-33-2001 e (61) 2312-2000
www.anatel.gov.br

Portal do Consumidor
www.portaldoconsumidor.gov.br

Procon Distrito Federal
Tel.: (61) 151
www.procon.df.gov.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
Tel.: (11) 3874-2152

www.idec.org.br

Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix)
Tel.: (11) 3171-2170
www.abrafix.org.br

Brasil Telecom
Tel.: 0800 41 1414
www.brasiltelecom.com.br

Embratel
Tel.: 0800-90 00 21
www.embratel.com.br

Intelig
Tel.: 0800-34 20 23
www.intelig.com.br

Telemar
Tel.: 0800-31-3131
www.telemar.com.br

Telesp/Telefônica
Tel.: 0800-10-4104
www.telefonica.net.br

GVT
Tel.: 0800-602-2500
www.gvt.com.br

CTBC Telecom
Tel.: 0800-34-2002
www.ctbctelecom.com.br

Sercomtel Fixa
Tel.: 0800 400 4343
www.sercomtelfixa.com.br

Outras propostas em debate

Quando estiver inadimplente, o usuário poderá receber aviso prévio da interrupção do serviço por escrito, com no mínimo dez dias de antecedência, e a cobrança de eventuais diferenças pode passar a ser feita em conta separada. É o que prevê substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a projeto de lei (PLS 62/03) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). O substitutivo, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, será submetido a turno suplementar (segunda votação pela comissão).

Fim do interurbano nas regiões metropolitanas

O PLS 168/02, do então senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), estabeleça que, nas regiões metropolitanas instituídas pelos estados e nas áreas geográficas de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local no serviço fixo comutado. Há ainda o PLS 39/02, do então senador Arlindo Porto (PTB-MG), sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos nos serviços fixo e de celular.